

Universidade de São Paulo

Instituto de Psicologia

FABIO NAKAMATU

**IMPLICAÇÕES DO SIMBOLISMO PARA AS TÉCNICAS
PROJETIVAS**

São Paulo

2020

Fabio Nakamatu

IMPLICAÇÕES DO SIMBOLISMO PARA AS TÉCNICAS PROJETIVAS

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Irai Cristina
Bocato Alves

São Paulo

2020

**NÃO AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL
DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO.**

Catálogo na publicação

Biblioteca Dante Moreira Leite

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Nakamatu, Fabio.

Implicações do simbolismo para as técnicas projetivas/ Fabio Nakamatu;
orientadora Irai Cristina Boccato Alves – São Paulo, 2020

75f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área
de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto
de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Simbolismo 2. Testes Psicológicos 3. Avaliação Psicológica I. Título

NOME: Nakamatu, Fabio

TÍTULO: Implicações do simbolismo para as técnicas projetivas.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Assinatura _____

Dedicatória

*Dedico este trabalho à minha família
e aos meus amigos.*

Agradecimentos

À Profa. Dra. Irai Cristina Boccato Alves, mais do que uma orientadora, uma mestra. Muito obrigado por estar sempre disposta a ensinar e por ter acreditado neste trabalho.

Ao Sr. Jairo, pela amizade durante meus anos de graduação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, por todo o suporte financeiro, imprescindível à realização desta pesquisa.

RESUMO

NAKAMATU, Fabio. *Implicações do simbolismo para as técnicas projetivas*. São Paulo, 2020, 85 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Apesar da ampla utilização dos testes projetivos, sua fundamentação teórica ainda não está satisfatoriamente consolidada. O presente estudo teve como objetivo: realizar uma discussão filosófica e epistemológica das técnicas projetivas; apresentar uma possível fundamentação por meio de uma teoria baseada no simbolismo; identificar elementos que pressupõe tal teoria, mas que não a explicitam devido à insuficiência conceitual; mostrar como a teoria pode ser articulada com os elementos encontrados; formular conceitos mais objetivos dos que os utilizados na literatura atualmente. Para isso, foi apresentada a teoria simbólica de Susanne K. Langer como possibilidade de fundamentação das técnicas projetivas. Como exemplo destas, foram selecionados o Teste de Rorschach e o Teste de Apercepção Temática (T.A.T.), dos quais se realizou uma revisão de literatura, a fim de identificar elementos simbólicos em seus respectivos históricos, fundamentações teóricas, técnicas e interpretações. Finalmente, buscou-se uma articulação entre a teoria simbólica e os elementos encontrados. Os resultados mostram que a teoria de Susanne K. Langer é uma alternativa para a fundamentação filosófica das técnicas projetivas e que ela pode abrir caminho para realização de novos estudos na área.

Palavras-chave: simbolismo; testes psicológicos; avaliação psicológica.

ABSTRACT

NAKAMATU, Fabio. *Implications of symbolism for projective techniques*. São Paulo, 2020, 85 p. Dissertation (Master's degree). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Despite the widespread use of projective tests, their theoretical foundation is not well established yet. The present study aims at: promoting a philosophical and epistemological discussion about projective techniques; presenting a possible foundation by using a symbolism-based theory; identifying elements that imply such theory, but not make it explicit due to conceptual insufficiency; formulating more objective concepts than those currently in use in the literature. In order to achieve this, Susanne K. Langer's symbolic theory was presented as a possible foundation of projective techniques. The Rorschach test and the Thematic Apperception Test (T.A.T.) were selected as examples and a revision of literature was made to identify symbolic elements in their respective histories, theoretical foundations, techniques and interpretations. Finally, an attempt was made to articulate the symbolic theory and the elements found. The results show that Susanne K. Langer's symbolic theory is an alternative to the philosophical foundation of projective techniques and that it may open the way for new studies in the field.

Keywords: symbolism; psychological tests; psychological assessment.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	1
1.1.	Testes Psicológicos.....	1
1.1.1.	Histórico.....	1
1.1.2.	Definição.....	5
1.1.3.	Teorias.....	6
1.1.4.	Inconsistências de fundamentação na interpretação dos testes projetivos .	9
1.2.	Teoria Simbólica.....	10
1.3.	Questões.....	13
2.	OBJETIVOS.....	15
2.1.	Etapas.....	15
2.2.	Justificativa da presente pesquisa.....	15
3.	MÉTODO.....	16
4.	TEORIA SIMBÓLICA DE SUSANNE K. LANGER.....	17
4.1.	Transformação Simbólica.....	17
4.2.	A lógica dos signos e dos símbolos.....	19
4.3.	Formas discursivas e formas apresentativas.....	21
4.4.	Linguagem.....	22
4.5.	Ritual.....	24
4.6.	As raízes do mito.....	25
4.7.	Da significação na música.....	27
4.8.	A gênese da importância artística.....	29
4.9.	A textura do significado.....	30
5.	RORSCHACH.....	32
5.1.	Histórico.....	32
5.2.	Fundamentação Teórica.....	33

5.3.	Validade e Confiabilidade.....	35
5.4.	O exame	37
5.5.	Classificação dos elementos do teste	40
5.6.	Interpretação	42
5.7.	Análise dos dados	43
6.	TAT	47
6.1.	Introdução	47
6.2.	Finalidade.....	48
6.3.	Histórico.....	48
6.4.	Fundamentação Teórica.....	50
6.5.	Validade e confiabilidade	52
6.6.	Principais elementos de uma história no TAT.....	55
6.7.	Possibilidades interpretativas do TAT.....	57
6.8.	Formação do examinador.....	58
7.	RESULTADOS	60
7.1.	Rorschach.....	60
7.1.1.	Histórico	60
7.1.2.	Exame	63
7.1.3.	Classificação dos elementos do teste.....	64
7.1.4.	Interpretação	65
7.2.	TAT.....	67
7.2.1.	Histórico	67
7.2.2.	Elementos de uma historia.....	69
7.2.3.	Interpretação	71
8.	CONCLUSÃO.....	72
9.	REFERÊNCIAS	74

1. INTRODUÇÃO

Qual a fundamentação filosófica das técnicas projetivas? Por que é possível conhecer a personalidade de um indivíduo por meio delas?

Apesar da ampla utilização das técnicas projetivas, a procura de uma resposta satisfatória a essa pergunta mostra-se filosoficamente problemática. Seja por teorias que impulsionaram a criação de testes psicológicos, seja por aquelas que justificam sua interpretação (dos psicométricos aos projetivos), as fundamentações acabam sempre passíveis de críticas, tanto pela posição epistemológica quanto pela falta de coerência na metodologia empregada por tais técnicas.

Para melhor elucidarmos o cerne deste problema, recorreremos a um breve histórico do surgimento dos testes psicológicos.

1.1. Testes Psicológicos

1.1.1. Histórico

Segundo Anastasi (1977, p. 26), *“a função dos testes psicológicos é medir diferenças entre indivíduos, ou entre reações do mesmo indivíduo em diferentes ocasiões”*. Nesse sentido, a origem dos testes perde-se na antiguidade, uma vez que métodos de seleção vêm sendo utilizados há mais de 3.000 anos, desde o império chinês, passando pelos antigos gregos e pelas universidades europeias da Idade Média. Por esse motivo, este trabalho irá ater-se apenas aos testes contemporâneos, cuja influência na criação se deve à Psicologia Experimental.

A princípio, o objetivo dos psicólogos experimentais, formados em Física, Química e Biologia, era a obtenção de descrições generalizadas do comportamento humano, enfatizando os fenômenos sensoriais (estímulos visuais, auditivos, etc.) (Massimi, M., Pacheco, P. R., Gontijo, S. & Pimenta, V. D. S., 2002).

O termo **teste mental** foi utilizado pela primeira vez, em 1890, por Cattell, que “*aceitava a opinião de Galton, segundo o qual se poderia obter uma medida das funções intelectuais através de testes de discriminação sensorial e de tempo de reação*” (Anastasi, 1977, p. 10). Outros esforços foram realizados, por exemplo, por Oehrn (1889), que “*empregou testes de percepção, memória, associação e funções motoras, numa investigação das inter-relações de funções psicológicas*”; pelo psiquiatra Kraepelin (1895), que “*elaborou testes com operações aritméticas simples, destinados a medir efeitos do exercício, memória, e suscetibilidade à fadiga e distração*”; e, por Ebbinghaus (1897), que “*aplicou, em crianças, testes aritméticos, de memória e completamento de sentenças*” (Anastasi, 1977, p. 11).

O surgimento dos testes de inteligência só apareceria, em 1905, com a Escala Binet-Simon, que foi criada com a finalidade de identificar crianças com deficiência mental, para propor processos de educação para essas crianças nas escolas de Paris. “*Os testes foram planejados para abranger uma grande variedade de funções, com especial ênfase no julgamento, compreensão e raciocínio, vistos por Binet como os componentes essenciais da inteligência*” (Anastasi, 1977, p. 12). Na segunda escala, de 1908, foi introduzido o conceito de **idade mental**, uma vez que todos os testes foram agrupados em níveis de idade. Nos Estados Unidos, foi feita uma revisão na Universidade de Stanford, a Stanford-Binet (1916), na qual o conceito de **quociente de inteligência (Q.I.)**, ou relação entre idade mental e cronológica, apareceu pela primeira vez. Os testes coletivos foram introduzidos pela American Psychological Association, em 1917, a fim de classificar o nível intelectual dos recrutas para a Primeira Guerra Mundial. Em seguida, houve a difusão da aplicação nas escolas, popularizando-se, desse modo, o conceito de Q.I.

Como havia sido constatado que “*quase todos os testes de inteligência eram, fundamentalmente, medidas de habilidade verbal, e, em menor grau, de habilidade para lidar com relações numéricas, assim como com outras relações abstratas e simbólicas*”, e que, portanto, “*mediam apenas alguns aspectos da inteligência*” (Anastasi, p. 15), houve a necessidade da criação de “*testes de aptidões diferenciais*”, que se desenvolveram com o uso da **análise fatorial**. “*Uma das principais consequências práticas da análise fatorial foi o desenvolvimento de baterias de aptidões múltiplas. Essas baterias são projetadas para fornecer uma medida da posição de um indivíduo em cada um dos diferentes traços. Em vez de um resultado global ou Q.I., um resultado separado é obtido*

para vários traços, como compreensão verbal, aptidão numérica, visualização espacial, raciocínio aritmético e rapidez perceptual” (Anastasi, 1977, p. 19).

Além dos testes que medem os aspectos intelectuais, começaram a surgir os **testes de personalidade**, com os quais eram avaliados aspectos emocionais e afetivos. Pioneiros como Kraepelin (1892) e Sommer (1894) usaram a técnica da associação livre, por acreditarem poder detectar algumas formas de perturbação mental. Outros como Galton, Pearson e Cattell foram importantes para o desenvolvimento de questionários padronizados e de técnicas de escala de avaliação, cuja utilização se estende até os atuais testes (Anastasi, 1977).

O tipo de teste que mais se desenvolveu para o estudo da personalidade, sobretudo entre os clínicos, foi a **técnica projetiva**. Segundo Anzieu (1984), a expressão **métodos projetivos** foi utilizada pela primeira vez por L. K. Frank, em 1939, no artigo “Os métodos projetivos para o estudo da personalidade”, publicado no *Journal of Psychology*. Tal expressão buscava “*explicar o parentesco entre três provas psicológicas: teste de associação de palavras de Jung (1904), teste de manchas de tinta de Rorschach (1920) e T.A.T. (teste de invenção de histórias) de Murray (1935)*” (Anzieu, 1984, p. 15)

Se, por um lado, a contribuição psicanalítica já aparecia na formulação de testes por meio da “associação livre”, por outro, os “métodos projetivos” ganharam força com o progresso da teoria da Gestalt e da Psicologia da forma. Segundo seus entusiastas, “*a análise, por parte do psicólogo, de figuras ambíguas e ilusões ótico-geométricas representa um terreno fértil para a descoberta das ‘formas’ perceptivas e intelectuais e de suas leis. A análise, por parte do testando, de um material ambíguo e a exploração ao mesmo tempo livre e sistemática das possibilidades de interpretação [...] constituíram um modo afinal preciso de abordagem dos processos da personalidade*” (Anzieu, 1984, p. 16).

O “terreno fértil” pode ser considerado em função dos vários sentidos que o conceito de projeção adquiriu em diferentes áreas do conhecimento. O primeiro sentido vem da própria psicanálise, segundo a qual, uma ação psíquica expulsaria da consciência sentimentos repreensíveis atribuindo-os a outra pessoa (*projetaria* esses sentimentos). O segundo sentido é matemático, oriundo da geometria projetiva, na qual a projeção estabelece a correspondência entre um ponto (ou conjunto de pontos) do espaço e um ponto (ou conjunto de pontos) de uma reta ou de uma superfície. Desse modo, a Neurologia utilizou essa noção para sinalizar a correspondência ponto-a-ponto ou estrutural entre uma área cerebral e um aparato sensorial ou motor. Analogamente, os

testes projetivos levariam o sujeito a produzir um protocolo de respostas correspondente à estrutura da personalidade. O terceiro sentido tem origem na ótica, na qual partindo de um foco, a projeção luminosa envia raios sobre uma superfície (teatro de sombras, cinema, por exemplo). Dessa forma, o teste projetivo seria como raios X, que atravessam o interior da personalidade e fixam a imagem do seu núcleo sobre um revelador (aplicação do teste), permitindo depois sua leitura fácil por meio da ampliação ou projeção ampliadora numa tela (interpretação); o que está escondido fica, portanto, iluminado; o interior é trazido à superfície; o que há, em nós, de estável e de emaranhado se desvenda (Anzieu, 1984).

Desse modo, o sentido psicanalítico – de descarga de impulsos e emoções – delimitaria o nível em que o teste projetivo opera, uma espécie de psicanálise condensada. O sentido matemático estabeleceria uma correspondência estrutural entre a personalidade e as produções individuais em uma situação definida, o que fundamentaria o rigor científico das técnicas projetivas. O sentido ótico seria o veículo das representações arcaicas da imagem do corpo, em que o lado de dentro se opõe ao lado de fora, o escondido à superfície, representações que marcam uma etapa importante na organização precoce da personalidade.

Além das técnicas projetivas, existem as **técnicas expressivas**, nas quais o sujeito fica inteiramente livre, tanto do ponto de vista das instruções, quanto do material proposto. *“O desenho livre, o relato livre, o jogo dramático improvisado expressariam a personalidade daquele que os pratica. A exteriorização desencadeada por esses processos teria uma virtude terapêutica (como as associações livres do sujeito em psicanálise), ou pedagógica (como os métodos ativos de ensino), ou estética (esboço de uma obra de arte)”* (Anzieu, 1984, p. 29). Como observa Van Kolck (1984, p.1), *“o grafismo pode ser usado como forma de comunicação, principalmente entre crianças para as quais se constitui em atividade tão essencial quanto o jogo ou o brinquedo”*.

Pelo fato da avaliação e da interpretação desse material serem mais globais, mais intuitivas e menos sistemáticas do que em outros setores de medida psicológica, exigem um cuidado e discernimento muito peculiares *“que dependem em grande parte da experiência clínica”* (Trinca, 1976, p.34). O autor também assinala que *“ao avaliar a comunicação contida no Procedimento de Desenhos-Estórias, [por exemplo], o psicólogo parte do ‘best current judgement’ de que fala Kaplan (1964) e utiliza conhecimentos anteriores acumulados em várias fontes, como a teoria psicodinâmica, as*

técnicas de interpretação de desenhos livres e de histórias derivadas de estímulos de apercepção”.

1.1.2. Definição

Desde que Cattell utilizou o termo “teste mental”, em 1890, o que começou com uma possibilidade de avaliação intelectual, por meio de discriminações sensoriais, evoluiu para a objetividade dos testes psicométricos e, com o advento da psicanálise, para a possibilidade de conhecimento da personalidade e da vida emocional do indivíduo (técnicas projetivas). Diante disso, resta saber se é conveniente aplicar o mesmo termo, *teste*, para investigações demasiado distintas.

Anastasi (1977, p.26) define **teste psicológico** como “*uma medida objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento. Os testes psicológicos são iguais aos testes de qualquer outra ciência, na medida em que se fazem observações sobre uma amostra pequena, mas cuidadosamente escolhida, do comportamento de um indivíduo*”.

Nesse sentido, uma vez que, nos testes projetivos, “*a compreensão da mensagem, [ou seja, a interpretação] depende de pistas, sinais e indicações, por vezes pouco claros, que os estudiosos reúnem e que, devido a certas relações de sentido empáticas, intuitivas e dentro de um sistema referencial, supõem ter correspondências com a mensagem*” (Trinca, 1976, p. 34) e “*a deficiência de experiência clínica constitui séria desvantagem*” (Van Kolck, 1984, p. 4), Anzieu (1984, p. 15) nota que o termo **teste** pode não ser aplicável, já que “*sua padronização e escalonagem deixam muitas vezes a desejar, sua sensibilidade, fidedignidade e validade são dificilmente estimáveis*”.

É precisamente nesse ponto que propomos o primeiro questionamento que dará início a esta pesquisa: se, por um lado, os testes psicométricos contam com definições rigorosas de termos e conceitos, o que garante, do ponto de vista teórico¹, sua fundamentação, sua precisão e sua validade, o mesmo não se pode dizer em relação às técnicas projetivas. Apesar de testes² como T.A.T., Rorschach ou H-T-P utilizarem procedimentos consagrados pelas técnicas experimentais (como modo de aplicação,

¹ As críticas epistemológicas às ciências experimentais serão abordadas mais adiante.

² Continuaremos adotando o termo “**teste**” para as técnicas projetivas não só pela convenção, mas também por causa do objetivo desta pesquisa, que visa justamente fundamentar, em determinados aspectos, a utilização dessas técnicas, o que justificaria o uso do termo.

normas e padronização), o que garantiria supostamente sua fundamentação, o fato de as teorias que sustentam as diferentes técnicas serem de origens distintas torna tal situação problemática. O próprio escopo de investigação, cuja análise e cuja interpretação se baseiam em uma variedade de teorias psicodinâmicas³, torna inadequado o uso dos mesmos procedimentos, dada a diferença epistemológica entre esses tipos de “testes”.

Apesar disso, é inegável a utilidade dos testes projetivos na prática clínica, à medida que eles possibilitam “*a manifestação mais direta de aspectos de que o sujeito não tem conhecimento, não quer ou não pode revelar, isto é, aspectos mais profundos e inconscientes*” (Van Kolck, 1984, p.2).

Se a experiência clínica reconhece a veracidade de determinados aspectos da personalidade avaliados por esse método, ainda que haja inconsistência de fundamentação na análise e na interpretação de tais técnicas, faz-se necessária a busca de uma unidade teórica que valide suas conclusões. Antes de discutirmos uma possível solução para este problema, serão apresentadas brevemente as principais teorias em que se baseiam os testes psicológicos.

1.1.3. Teorias

1.1.3.1. Ciências Experimentais e os Testes Psicométricos

Conforme Anastasi (1977), a criação dos chamados “testes mentais” foi influenciada pelos psicólogos experimentais que, por sua vez, buscavam sua inspiração em outras ciências experimentais (Física, Química e Biologia). Tal afirmação nos conduz a estas perguntas: Em que consistem as teorias que fundamentam essas ciências? Em qual contexto histórico-filosófico estão posicionadas? Quais as consequências disso para o modo de produzir conhecimento, ou, no caso específico desta investigação, para os testes psicológicos?

³ Segundo Trinca, enfoques psicodinâmicos, que proporcionam elementos substanciais e orientações para avaliação de desenhos livres e verbalizações temáticas são, entre outros: a) enfoque psicanalítico, que pode ser procurado em S. Freud (1948), Alexander (1965), Klein (1964 e 1969), Segal (1966), A. Freud (1971), Hartman (1968 e 1969), Nuremberg (1957) etc.; b) enfoque culturalista, cujos principais autores e obras para consulta são Adler (1961), Horney (1959), Fromm (1962) e Sullivan (1953); c) enfoque junguiano, condensado por Golfbrunner (1961); d) enfoque existencial, com referências em Caruso (1954); e) enfoque de Murray, resumido por Hall e Lindzey (1969).

De acordo com Figueiredo (2000, p.46), “*a partir de Copérnico, Kepler e, principalmente, Galileu e Descartes, a Matemática recebe uma nova função: a de expressar as ‘leis da natureza’.* [...] *Esta previsão, contudo, é condicionada por uma abstração que exclui o sensível, para trabalhar apenas com o inteligível, com o puramente racional. O mundo da experiência cotidiana saturado de significados, de valores afetivos estéticos, de intenções, necessidades e desejos, o mundo colorido, pitoresco e qualitativo é substituído, para fins de pesquisa e teorização, por um universo geométrico e mecânico, matematizado e homogeneizado.* [...] *As hipóteses descritivas e explicativas, como pretendem representar a essência dos fenômenos naturais, devem convergir para um sistema e, de preferência, ser dedutíveis de alguns poucos axiomas – o que foi finalmente alcançado no século XVIII por Isaac Newton*”. A ideia de um universo racional-cartesiano, com leis naturais matematizáveis, logo se expandiu para outros domínios do conhecimento, como a Química de Lavoisier e a Biologia de Lineu, constituindo, desse modo, as ciências experimentais.

O esboço de uma Psicologia empírica, cujo objetivo era submeter os fenômenos empíricos aos procedimentos matemáticos, começa no século XVIII, com Hagen (capacidades e vontade), Krüger (sensações) e Körber (imagens, abstração e atenção), o que abriria caminho para as obras de Weber (1795-1878) e de Fechner (1801-1887). O primeiro efetuou medidas precisas das relações entre diferenças na intensidade (objetiva) de um estímulo e a sensação (subjéctiva) dessas diferenças. Coube ao último expandir o trabalho de Weber e criar a **Psicofísica**, a ciência exata das relações funcionais de dependência entre o mundo físico e o psíquico, em que o evento físico era medido e controlado com os instrumentos da Física, e o evento psíquico era indiretamente registrado por meio do relato verbal dos sujeitos, que recebiam como tarefa discriminar, da forma mais precisa possível, as variações quantitativas a que eram submetidos os estímulos em estudos paramétricos. O campo da Psicologia Experimental também progrediu com Wundt (1832-1920), com estudos sobre atenção e duração de fenômenos psíquicos, e com Donders (1818-1889), que realizou experimentos sobre o tempo de reação (Massimi, Pacheco, Gontijo & Pimenta, 2002).

Dessa forma, o terreno estava preparado para o surgimento dos estudos das diferenças individuais por meio dos primeiros testes psicológicos, que “*na impossibilidade de empregar, de forma sistemática e intensiva, a metodologia experimental stricto sensu, já que as variáveis independentes não eram facilmente manipuláveis pelo pesquisador, escoraram-se fundamentalmente em controles e*

procedimentos de análise estatísticos, [que tiveram] um papel decisivo na criação dos instrumentos matemáticos e das técnicas de quantificação da Psicologia. Foi no contexto dessas pesquisas que a Estatística forjou, por obra de Galton, os conceitos de correlação e de regressão, necessários às análises de fenômenos sujeitos a múltiplas influências. As análises de correlação levaram à descoberta de associações positivas e negativas entre conjuntos de traços psicológicos e comportamentais, criando a possibilidade de constituírem-se empiricamente categorias abrangentes para a descrição do indivíduo em termos de uma combinação de fatores gerais” (Figueiredo, 2000, p. 53). Consolidaram-se, desse modo, a fundamentação teórica e a metodologia dos testes psicométricos.

1.1.3.2. Psicanálise e os Testes Projetivos

O advento da psicanálise forneceu a base teórica sobre a qual se erigiram muitas das técnicas projetivas. Além da Fisiologia mecanicista e da Biologia funcionalista, disciplinas predominantes na tradição científica da época, S. Freud (1856-1939), influenciado por conhecimentos filosóficos, filológicos, teológicos e místicos, concebeu novas formas de explicar os fenômenos psíquicos. O conceito de **projeção** é uma delas.

De acordo com Laplanche e Pontalis (1995, p. 374), “*o termo projeção tem hoje uma utilização muito extensa, quer na Psicologia, quer na Psicanálise*”. Além dos significados já expostos, pode também designar os seguintes processos:

a) “*O sujeito percebe o meio ambiente e responde a ele em função dos seus próprios interesses, aptidões, hábitos, estados afetivos duradouros ou momentâneos, expectativas, desejos, etc. ... Mais profundamente, podem aparecer no comportamento manifesto estruturas ou traços essenciais da personalidade.*

b) *O sujeito mostra pela sua atitude que assimila determinada pessoa a outra: diz-se então, por exemplo, que ele “projeta” a imagem do pai sobre o patrão. Designa-se assim, de maneira pouco apropriada, um fenômeno que a psicanálise descobriu sob o nome de ‘transferência’.*

c) *O sujeito assimila-se a pessoas estranhas ou, inversamente, assimila-se a si mesmo pessoas, seres animados ou inanimados. Diz-se assim correntemente que o leitor de romances se projeta neste ou naquele herói e, no*

outro sentido, que La Fontaine, por exemplo, projetou nos animais das suas Fábulas sentimentos e raciocínios antropomórficos. Esse processo deveria antes ser classificado no campo daquilo que os psicanalistas chamam de 'identificação'.

d) *O sujeito atribui a outros as tendências, os desejos, etc., que desconhece em si mesmo: o racista, por exemplo, projeta no grupo desprezado as suas próprias falhas e suas inclinações inconfessadas”.*

Tais definições fornecem os fundamentos para que, diante dos testes projetivos, nos quais o sujeito é posto na presença de situações pouco estruturadas e de estímulos ambíguos, é permitido ao psicólogo “*ler, segundo as regras de decifração próprias do tipo proposto de material e de atividade criadora, certos traços do seu caráter e certos sistemas de organização do seu comportamento e de suas emoções*” (Anzieu, 1984, p. 160).

1.1.4. Inconsistências de fundamentação na interpretação dos testes projetivos

Herdeiros da tradição filosófica que deu origem às ciências experimentais, os testes psicométricos são coerentes, do ponto de vista epistemológico, na aplicação, na interpretação e na definição de seu objeto de estudo. Retomando a definição de Anastasi (1977, p. 26), segundo a qual, “*o teste psicológico é, fundamentalmente, uma medida objetiva e padronizada de uma amostra do comportamento*”, percebe-se a ideia da Psicologia como um ramo puramente objetivo e experimental da ciência natural. Dessa forma, conceitos como padronização (uniformidade de processo na aplicação e na avaliação), normatização (estabelecimento de médias para comparação e para interpretação), precisão (estabilidade ou consistência) e validade (verificação da possibilidade do teste satisfazer sua função) cumprem com a intenção de “*matematizar as leis naturais*” do comportamento humano, na construção dos testes psicométricos.

Apesar disso, ainda que os testes projetivos sejam bastante difundidos, a mesma coerência não é encontrada, seja na sua metodologia seja na sua interpretação. Na questão metodológica, os fundamentos que garantem o rigor científico (positivista, das ciências experimentais) dos testes psicométricos são também utilizados nas técnicas projetivas, mas insuficientes naquilo que essas pretendem avaliar. Enquanto a psicometria visa a

objetividade na mensuração de um comportamento, os testes projetivos buscam avaliar a subjetividade do indivíduo. Nesse sentido, os fundamentos metodológicos destes não podem ser os mesmos dos testes psicométricos, cuja natureza é quantitativa.

Da mesma forma, a questão interpretativa carece de uma fundamentação filosoficamente mais sólida para a avaliação da personalidade, ou de uma singularidade. Uma das consequências disso é que *“a interpretação estereotipada ou a atribuição de sentido às produções colocou as técnicas projetivas em uma posição suspeita. Por exemplo, dizer que uma produção feita à esquerda da folha fala da ligação materna e uma feita à direita fala do pai, invalida todo o critério de uma pesquisa séria”* (Sigal, 2000, p. 30). Conclui-se que a mistura de procedimentos metodológicos e interpretativos entre os testes psicométricos e os testes projetivos pode estar prejudicando a validade destes, uma vez que *“os elementos [interpretativos] só poderão ser lidos como textos onde as partes adquirirão sentido na sua relação de inclusão numa cadeia significativa”* (Sigal, 2000, p. 30) e não por meio de uma normatização, na qual se compara o sujeito com uma média populacional, método caracteristicamente quantitativo.

1.2. Teoria Simbólica

Apontada a insuficiência teórica dos métodos empregados nas ciências experimentais para a interpretação nos testes projetivos, faz-se necessária a busca de uma alternativa, escopo deste trabalho. Uma possível solução é encontrada na teoria simbólica de Susanne K. Langer.

Em sua obra *“Filosofia em nova chave”*, a autora nota que toda época possui um certo modo de ver as coisas, manifestado principalmente pela *“forma de suas questões”*. Conforme observava Whitehead (2010, *apud* Langer, 1989, p. 17)), *“haverá sempre algumas suposições fundamentais que os adeptos de todos os vários sistemas da época inconscientemente pressupõem. Tais suposições parecem tão óbvias que as pessoas não sabem o que estão assumindo, porque nenhum outro modo de colocar as coisas jamais lhes ocorreu. Com essas suposições certo número limitado de tipos de sistemas filosóficos são possíveis, e esse grupo de sistemas constitui a filosofia da época”*. O Professor C. D. Burns (1934, *apud* Langer, 1989, p. 17), por sua vez, assinalava que toda civilização tem seus limites de conhecimento (de percepções, reações, sentimentos e ideias), e que *“a experiência de qualquer momento possui seu horizonte”*. Dessa forma, Langer (1989, p.

18) acredita que “*a formulação da experiência contida no horizonte intelectual de uma época e sociedade é determinada não tanto pelos acontecimentos e desejos quanto pelos conceitos básicos à disposição das pessoas para analisar e descrever suas aventuras para o seu próprio entendimento*”. Consequentemente, o fim de uma época filosófica vem com a exaustão de seus **conceitos motrizes**. Dentro dessa perspectiva, é possível notar, por exemplo, que a era cartesiana anunciou uma nova época por meio de uma poderosa **ideia gerativa** (dicotomia entre experiência interna e objeto externo), uma vez que esta se mostrava mais adaptada aos novos interesses e às emoções do público em geral, ao contrário do pensamento escolástico, que já era considerado “*uma especulação metafísica estéril e acadêmica*” (Langer, 1989, p.23).

Aproximando ciência e empirismo, esta “nova ideia gerativa” deu origem ao positivismo, consagrando a técnica experimental, que fez crescer o quadro físico do mundo e a tecnologia. Ao mesmo tempo, disciplinas que repousavam sobre princípios racionais e não-empíricos, como a Lógica, a Metafísica, a Estética e a Ética, viram-se ameaçadas de completa extinção e em breve foi-lhes negado o nome de ciência. Desse modo, vários ramos da Filosofia – natural, mental, social ou religiosa – erigiram-se em ciências autônomas. A Psicologia e a Sociologia, por exemplo, tentaram adaptar-se às novas técnicas, mas jamais conseguiram manejar realmente as leis matemáticas. O triunfo da Psicologia tendia a ser descoberta na Fisiologia ou na Química, em vez de em “fatos psicológicos”. A própria história dos testes, relatada no início deste trabalho, sugere isso.

Entretanto, Langer (1989, p. 29) nota que “*aqueles mesmos cientistas que se orgulhavam de seu conhecimento factual concreto, que pretendiam rejeitar toda prova, exceto a evidência empírica, nunca hesitaram em aceitar as demonstrações e cálculos, as incorpóreas, às vezes confessadamente “fictícias”, entidades dos matemáticos. Zero e infinito, raízes quadradas de números negativos, comprimentos incomensuráveis e quartas dimensões, todos foram objetos de indiscutida bem-vinda no laboratório, quando o ponderado leigo médio, ainda capaz de tirar da fé uma invisível substância da alma, duvidava de sua respeitabilidade lógica*”. Mas, por que, pergunta a autora, as abstrações matemáticas são levadas “*não só a sério, mas consideradas fatos indispensáveis, fundamentais, por homens que observam as estrelas ou fazem experiências com compostos químicos?*”

Segundo ela (1989, p. 30), “*o segredo reside no fato de que um matemático não pretende dizer nada acerca da existência, realidade ou eficácia das coisas em geral. Sua preocupação reside na possibilidade de simbolizar coisas, e de simbolizar as relações*

que elas podem contrair entre si. Suas “entidades” não são dados, porém conceitos. Daí, porque elementos, tais como ‘números imaginários e decimais infinitos’, são tolerados por cientistas, para quem agentes invisíveis, poderes e ‘princípios’ constituem anátema. As construções matemáticas são apenas **símbolos**; possuem significados em termos de relações, não de substância; algo na realidade corresponde-lhes, mas ninguém supõe que sejam itens nessa realidade. [Dessa forma], a fé dos cientistas no poder e verdade da matemática é tão implícita, que sua obra gradualmente se tornou cada vez menos trabalho de observação e cada vez mais trabalho de cálculo. A promíscua coleta e tabulação de dados deu azo a um processo de consignar possíveis significados, entidades reais meramente supostas, a termos matemáticos, de calcular os resultados lógicos e depois ensaiar certos experimentos cruciais a fim de conferir a hipótese ante os resultados reais, empíricos. Mas os fatos aceitos em virtude dessas comprovações não são de modo algum observados na realidade.” (Langer, 1989, p. 30).

Talvez seja por isso, que, apesar do progresso das ciências físicas e experimentais e do avanço tecnológico, as ciências mentais tenham evoluído muito pouco. As tentativas de aplicação do conceito de causalidade a disciplinas como a Lógica, a Estética e, até mesmo, a Sociologia e a Psicologia, não trouxeram os mesmos resultados. “*Isto significa que a idéia gerativa que dá origem à Física, Química e toda sua progênie – Tecnologia, Medicina, Biologia – não contém qualquer conceito vivificante para as Ciências Humanas. O esquema do físico, tão fielmente emulado por gerações de psicólogos, epistemólogos e esteticistas, bloqueia-lhes provavelmente o progresso, derrotando possíveis discernimentos com sua força prejudicial. O esquema não é falso – é perfeitamente razoável – mas é inútil para o estudo de fenômenos mentais. Não engendra perguntas mestras, nem excita a imaginação construtiva, como nas pesquisas físicas. Em vez de inspirar um método, inspira uma metodologia militante*” (Langer, 1989, p. 34).

Além disso, Langer (1989, p. 24) observa que “*durante os últimos 50 anos, testemunhamos todos os sintomas característicos que assinalam o fim de uma época – a incorporação do pensamento a “ismos” cada vez mais variegados, o clamor de seus respectivos adeptos a fim de serem ouvidos e julgados lado a lado, a defesa da Filosofia como busca respeitável e importante, a multiplicação de congressos e simpósios e uma torrente de críticas de textos, apanhados, divulgações e estudos colaborativos.*”

Se os conceitos motrizes já dão sinais de esgotamento e não mais inspiram perguntas ou a imaginação, qual seria a chave que possibilitaria novas investigações? Para respondermos essa questão, voltemos ao histórico dos testes psicológicos. Seu

surgimento, influenciado pelo método experimental, remonta justamente à era racional-cartesiana, cujo principal conceito é o das leis universais matematizáveis. Com o advento da psicanálise e da Gestalt, os testes psicológicos também modificaram a forma de suas perguntas, uma vez que os novos conceitos incitaram a busca de novos tipos de respostas. Da mesma forma que os primeiros “testes mentais”, sob influência da “ideia gerativa das ciências físicas-naturais”, buscavam uma mensuração mais objetiva do comportamento, os testes projetivos, sob influência dos conceitos motrizes “desta nova época”, pretendem acessar a subjetividade do indivíduo, ainda que os fundamentos para isso não estejam necessariamente claros.

Por esse motivo, pode-se considerar que o fator que articula os novos tipos de questões, na passagem dos testes psicométricos para os projetivos é o **simbolismo**, que emerge como um novo tema filosófico e epistemológico desta época. *“A noção fundamental de simbolização – mística, prática, ou matemática, não faz diferença – temos a tônica de todos os problemas humanísticos. Nela, reside a nova concepção de “mentalidade”, que ilumina questões de vida e consciência, em vez de obscurecê-las, como fizeram os métodos científicos tradicionais. Se for verdade, uma ideia geradora, engendrará por si própria métodos tangíveis, para libertar os paradoxos empatados de mente e corpo, razão e impulso, autonomia e lei, e superará os argumentos em xeque-mate de uma idade anterior, descartando o próprio idioma deles e moldando seus equivalentes em frase mais significativa”* (Langer, 1989, p. 35).

1.3. Questões

Uma vez apresentados o histórico e os conceitos utilizados neste trabalho, é possível retornar à questão inicial: o que fundamenta filosoficamente os testes projetivos? Qual fator torna possível assegurar que a associação de uma imagem (de uma forma projetiva) a conteúdos verbais, que articulam elementos da vida psíquica do indivíduo, tenha validade interpretativa?

Vimos que os métodos usados para fundamentar os testes psicométricos, de natureza quantitativa, apresentam deficiências, quando aplicados aos testes projetivos, de natureza qualitativa. Desse modo, é possível compreender por que a validade da interpretação dos testes projetivos dependem de fatores pouco objetivos como “*agudeza clínica*” (Anzieu, 1984) ou “*certas relações de sentido empáticas, intuitivas*” (Trinca,

1976), o que faz com que “*a atividade didática apresente uma série de imperativos de ordem prática e coloque inúmeras dificuldades no plano do treinamento na avaliação e interpretação das técnicas projetivas, [uma vez que] a natureza peculiar e os aspectos próprios dessas técnicas exige, mais do que em outros setores da medida psicológica, um cuidado e discernimento que dependem em grande parte da experiência clínica, a qual os alunos em geral não possuem*” (Van Kolck, 1984, p.4).

Em contrapartida, as bases teóricas para a interpretação dos testes projetivos pressupõem o uso de elementos do simbolismo à medida que “*uma cultura, um indivíduo, exprimir-se-ão através de símbolos. Logo, o investigador poderá chegar a uma maior compreensão da cultura ou do indivíduo, ou em última análise dos mecanismos de ajustamento ao mundo, estudando os sistemas simbólicos elaborados pelo indivíduo e pela cultura*” (Augras, 1980, p. 34).

Dessa forma, o objetivo deste trabalho é articular a teoria simbólica com os elementos interpretativos já existentes na “*experiência clínica*”, de modo que a “*tradução*” de uma imagem (ou qualquer outro símbolo) a um conteúdo verbal esteja fundamentada em conceitos mais objetivos.

2. OBJETIVOS

2.1. Etapas

Vislumbrada a possibilidade de o referencial teórico mencionado elucidar os elementos conceituais investigados pelos testes projetivos, os objetivos do presente trabalho são:

- 1) Apresentar como a teoria simbólica de Susanne K. Langer pode fornecer uma alternativa para a fundamentação dos testes projetivos;
- 2) Analisar o Rorschach e Teste de Apercepção Temática (T.A.T.), como exemplos de testes projetivos, a fim de identificar elementos que pressupõem a teoria apresentada, mas que não a explicitam por insuficiência conceitual, em seus respectivos históricos, fundamentações teóricas, técnicas, bem como em seus possíveis modos de interpretá-los.
- 3) Articular os elementos encontrados com a teoria simbólica.

2.2. Justificativa da presente pesquisa

A Resolução Nº 002/2003 do CFP visa “*aprimorar os instrumentos e procedimentos técnicos de trabalho dos psicólogos e de revisão periódica das condições dos métodos e técnicas utilizados na avaliação psicológica, com objetivo de garantir serviços com qualidade técnica e ética à população usuária desses serviços*”. Além disso, em face do constante progresso das produções científicas, bem como de seus elementos conceituais, é de suma importância que os testes psicológicos estejam bem fundamentados tanto teórica quanto epistemologicamente, o que garante não só sua validade, mas também sua possibilidade de intercâmbio com outras áreas do conhecimento, em particular, da saúde mental.

3. MÉTODO

Inicialmente, foi apresentada uma exposição da teoria simbólica e dos testes selecionados (Rorschach e T.A.T.), para mostrar em que sentido é possível uma articulação entre eles.

A seleção do material consultado nesta pesquisa deu-se por meio de revisão de literatura, a fim de identificar as fontes historicamente relevantes para obtenção dos resultados que iriam ao encontro dos objetivos apresentados.

Finalmente, será feita uma análise para identificação dos elementos pertinentes encontrados e uma explicação demonstrando as implicações da hipótese inicial.

4. TEORIA SIMBÓLICA DE SUSANNE K. LANGER

A seguir, apresentaremos a teoria simbólica, de Susanne K. Langer, que servirá de fundamento tanto para articulação com os testes psicológicos quanto para discussão final, apresentadas posteriormente. A teoria é extraída do livro *Filosofia em nova chave*, da mesma autora.

4.1. Transformação Simbólica

Considerando a metodologia científica atual, na qual tanto as hipóteses quanto os experimentos são baseados na evidência sensorial, o conceito de inteligência é, necessariamente, produto da percepção, da memória e da associação. São exatamente esses fatores que os testes psicométricos pretendem medir. Em contrapartida, no novo paradigma proposto por Langer (1989, p. 38), o uso de símbolos altera tal concepção de inteligência, à medida que *“não é uma sensibilidade superior, uma memória mais longa nem uma associação mais rápida que coloca o homem acima de outros animais”*. Dessa forma, a investigação dos processos mentais passa da aquisição de experiência, o domínio do sentido, para os usos dos dados sensoriais, o reino da concepção e da expressão. Este, por sua vez, só é possível por causa da capacidade humana de utilização de símbolos, cujo principal é o poder da fala, por meio do uso da linguagem.

A partir do momento que o homem passou a usar os sinais (ou signos) não só para indicar coisas, mas também para representá-las (símbolos), a linguagem, cuja história é acumulação e elaboração graduais de símbolos verbais, pôde desenvolver-se. *“A passagem da função ‘sínica’ de uma palavra para a função simbólica é gradativa, sendo um resultado da organização social, um instrumento que se torna indispensável, uma vez descoberto, e que se desenvolve por meio do uso bem sucedido”* (Langer, 1989, p.43).

A princípio, a concepção genética da linguagem, na qual se considera a capacidade de usar símbolos como o artifício mais tardio e mais importante da inteligência prática, poderia constituir a chave para todas as funções essenciais da mentalidade humana; no entanto Langer acredita que, se fosse esse o caso, deveríamos ter desenvolvido uma linguagem mais realista do que aquela que de fato temos. *“A mente, cujos poderes semânticos são desenvolvidos, a partir do funcionamento do arco motor, deveria apenas pensar; quaisquer caprichos de associação constituem “enganos”. Se nossas vísceras*

cometessem tantos enganos no sono quanto nosso cérebro, morreríamos de indigestão” (Langer, 1989, p. 48). Além disso, existem diversos fenômenos do “mundo humano”, presentes em todas as culturas, como a magia, o ritual, a arte ou o sonho, que não são satisfatoriamente explicáveis pela hipótese mencionada.

Por esse motivo, a autora propõe a tentativa de um novo princípio geral, que concebe a mente como um órgão de necessidades caracteristicamente humanas, à medida que as metas e os desejos do homem são “mais elevados” do que os dos animais. Nesse sentido, sua hipótese é a de que existe uma necessidade primária no homem, que dá origem a tudo que atribuímos à vida superior: a necessidade de simbolização, que é, também, o processo fundamental da mente. A autora conclui que “*se o material do pensamento é o simbolismo, então o organismo pensante deve estar sempre fornecendo versões simbólicas de suas experiências; na verdade, a simbolização não é o ato essencial do pensamento, mas para o pensamento, e anterior a ele*” (Langer, 1989, p. 51).

Ao contrário da concepção biológica, na qual o cérebro se assemelharia a um transmissor de informações, na concepção de Langer, seria mais como um transformador, fabricando ideias por um princípio de simbolização, pré-raciocinativa, mas não pré-racional, “*ponto de partida de toda inteligência no sentido humano, sendo mais geral do que pensar, fantasiar ou empreender ação*” (Langer, 1989, p. 52). Uma vez que nossos atos manifestos são governados por representações (símbolos de várias espécies), somente uma parte de nosso comportamento é prático; o restante serve para expressar o que o organismo anseia expressar, isto é, representar, sem propósito prático, sem qualquer objetivo de satisfazer outras necessidades, exceto a necessidade de contemplar em ação declarada o processo “simbólico” do cérebro. Desse modo, Langer propõe que a “*pura expressão de ideias*”, como o ritual, a arte, o riso, o choro, a fala, a superstição ou a ciência, seria uma forma tipicamente humana de expressar uma função tipicamente humana.

Como a linguagem é o principal meio pelo qual representamos os símbolos, pode-se pensar que ela é o único ato expressivo de importância. Na verdade, trata-se de uma única espécie do processo simbólico. A mente humana possui experiências que terminam em atos que não são nem práticos nem comunicativos, mas sim expressivos; o ritual, por exemplo, não foi inventado por ninguém. “*As formas dos atos expressivos – fala e gesto, canto e sacrifício – são as transformações simbólicas que as mentes de certas espécies, em certos estágios de desenvolvimento e comunhão, produzem naturalmente*” (Langer, 1989, p. 59). Desse modo, o ritual, assim como a arte e outros atos expressivos, é o

produto ativo de uma transformação simbólica de experiência, que nenhum meio, nem mesmo a linguagem, pode expressar adequadamente.

Antes que seja possível extrair os significados desses atos, é necessário analisar o que caracteriza os símbolos, as diferentes espécies de simbolismo, bem como suas distinções lógicas.

4.2. A lógica dos signos e dos símbolos

A característica principal do “significado” é que ele possui um aspecto lógico e um psicológico. Neste, qualquer item que tenha significado deve ser empregado como signo ou como símbolo (para alguém); naquele, deve ser passível de ser empregado em qualquer das formas. Desse modo, pode-se dizer que o *“significado não é uma qualidade, mas uma função de um termo. Uma função é um padrão (pattern) visualizado com referência a um termo especial a cuja volta ele se concentra; esse padrão emerge, quando consideramos o termo dado na sua relação total com os outros termos ao seu redor”* (Langer, 1989, p.65).

Considerando que os “signos” indicam a existência de uma coisa, evento ou condição, e que a interpretação deles é a base da inteligência animal, temos que fazer a distinção entre signos naturais e signos artificiais. No primeiro caso, a relação lógica entre eles e seus respectivos objetos é simples e direta. Por serem produzidos naturalmente, sua interpretação é facilmente deduzida pelo sujeito. Por exemplo, as ruas molhadas são um signo de que choveu, o cheiro de fumaça é um signo da presença de fogo, uma cicatriz é um signo de um acidente passado. Os signos artificiais, por sua vez, são produzidos de forma arbitrária. Uma sirene significa que uma ambulância está a caminho, os sinos de uma igreja significam determinado horário, um apito indica que o trem está para partir.

De modo análogo à produção dos signos artificiais, os símbolos são produzidos. A diferença é que esses, ao contrário dos signos, não apenas relacionam seus objetos, mas também os concebem. Conceber uma coisa ou uma situação não é o mesmo que reagir com relação a ela, ou estar diante de sua presença. Por esse motivo, o significado dos símbolos são as concepções, não as coisas. Os símbolos mais empregados na concepção de algo são as palavras, principais articuladoras do pensamento, mas antes que possamos discutir o simbolismo da linguagem, temos que descrever os elementos das funções do signo e do símbolo.

Na função signo, os três termos essenciais são o sujeito, o signo e o objeto. Como se trata de uma relação, na qual a associação entre signo e objeto é direta, dizemos que ocorre uma “denotação”. A função símbolo é composta por quatro termos: sujeito, símbolo, concepção e objeto. A relação entre símbolo e concepção é denominada “conotação”, pois, nesse caso, pretende-se referir não ao objeto denotado, mas ao seu conceito. Dessa forma, é possível concluir que a noção de “significado” pode abranger tanto a conotação quanto a denotação.

Além disso, o “significado” pode ter um outro tipo de função, a “significação”. Nesta, não há apenas a relação entre signos, símbolos e objetos, mas, principalmente, é possível analisar a veracidade e a falsidade das coisas, por meio dos elementos colocados em um discurso. “*Antes dos termos serem erigidos em proposições, não afirmam nada, não excluem nada; de fato, embora possam nomear coisas, e transmitir ideias de tais coisas, nada dizem*” (Langer, 1989, p. 76); por isso é no simbolismo discursivo que se abre a possibilidade do pensar proposicional humano.

Para que os elementos do discurso possam ser situados em uma relação conceitualmente inteligível, é necessário haver não só princípios gramaticais, mas também organização estrutural; esta, por sua vez, é também fonte adicional de significância. Desse modo, “*uma proposição se ajusta a um fato não apenas porque contém nomes para as coisas, mas também porque os combina em um padrão análogo, de algum modo, ao padrão no qual os objetos nomeados se acham ‘de fato’ combinados*” (Langer, 1989, p.77). Langer deduz que, assim como símbolos contêm conceitos, possuem também uma “forma”, que é abstraída pelo ser humano.

A vantagem de um simbolismo verbal sobre um simbolismo visual, por exemplo, é a possibilidade de relatar eventos, estabelecendo relações causais que indicam tempo e mudança. Além disso, as palavras são símbolos que permitem combinações, a fim de se criar conceitos novos.

Dessa forma, é possível indagar: seriam as palavras os únicos símbolos capazes de articular nosso pensamento?

4.3. Formas discursivas e formas apresentativas

Utilizando-se a ideia exposta por Wittgenstein, no *Tractatus Logico-Philosophicus*, na qual o conceito de “projeção” é empregado para ilustrar como uma sinfonia pode ser “projetada” em uma partitura musical, Langer infere que a linguagem é a maneira pela qual o ser humano pode transformar fatos em proposições, por meio de analogias puramente lógicas. O simbolismo verbal também tem uma forma que requer que as palavras sejam dispostas em uma certa ordem. Essa propriedade é chamada “discursividade”, a qual possibilita que nossos pensamentos sejam comunicáveis. *“Daí por que as leis do raciocínio (...) são às vezes conhecidas como as ‘leis do pensamento discursivo’”* (Langer, 1989, p. 90).

O uso do simbolismo verbal para comunicar e para expressar nossos pensamentos é tão efetivo que filósofos da linguagem, como Wittgenstein, Russell e Carnap, acreditavam que *“nada que não seja linguagem, no sentido da definição técnica que lhes deram, pode apresentar o caráter da expressividade simbólica [...], e que nada que não possa ser ‘projetado’ em forma discursiva é de algum modo acessível à mente humana, e toda tentativa de entender qualquer coisa, exceto o fato demonstrável, é ambição inútil”* (Langer, 1989, p. 94). Com isso, tais filósofos relegavam as emoções, o sentir e o desejo subjetivos à Psicologia, não à Semântica. É precisamente nesse ponto que se encontra a discordância de Langer.

Para ela, o campo da Semântica é mais amplo do que o da linguagem. Isso não é facilmente percebido por causa de dois dogmas fundamentais da epistemologia atual: a) que a linguagem é o único meio de pensamento articulado; b) que tudo que não é pensamento falado é sensação. O principal erro dessas proposições está na falsa premissa de que todo simbolismo articulado é discursivo.

O fato de que a linguagem pode expressar, com muita precisão, a estrutura do mundo físico, do espaço-tempo, não significa que não há nada que não possa ser expresso pelo simbolismo verbal; ao contrário, existem coisas que não se ajustam ao esquema de expressão gramatical e que, nem por isso, são cegas, inconcebíveis ou místicas. O mundo do sentidos não é um mundo de coisas, mas de formas predominantes, que são apreendidas pelo nossos órgãos receptores, ainda que inconscientemente. *“Essa apreciação inconsciente das formas é a raiz primitiva de toda abstração, que, por sua vez, é a tônica da racionalidade”* (Langer, 1989, p. 97). Nesse sentido, *“os dados sensoriais seriam inúteis para uma mente cuja atividade é ‘de ponta a ponta um processo*

simbólico', não fossem eles par excellence receptáculos de significados. Mas o significado [...] advém essencialmente das formas" (Langer, 1989, p.97).

A compreensão psicológica da Gestalt, na qual os significados são extraídos de percepções dos órgãos do sentido, traz implicações filosóficas profundas, uma vez que se pode concluir que *"o mundo da física é essencialmente o mundo real constituído por abstrações matemáticas, e o mundo do sentido é o mundo real constituído por abstrações que os órgãos sensoriais fornecem imediatamente"* (Langer, 1989, p.99). Desse modo, como nossos órgãos apreendem formas e, conseqüentemente, as abstraem, Langer acredita ser limitada uma teoria da mente cuja única possibilidade de pensamento articulado seja discursivo.

Para diferenciar do simbolismo discursivo, ela identifica o simbolismo apresentativo. Os símbolos desse tipo são todos aqueles que são passíveis de articulação e de estruturação lógica, ainda que não utilizem palavras. Por exemplo, formas visuais, como linhas, cores ou proporções, podem exprimir ideias ou sensações perfeitamente inteligíveis e racionais e, desse modo, possuir um significado. *"O que cai de qualquer modo dentro da experiência participa da forma racional da mente. Como conteúdo mental, qualquer parte da experiência é algo mais do que impressão particular dotada apenas dos atributos da existência. Como já batizada na vida da mente, ela participa de sua natureza lógica e funciona no plano de universalidade"* (Langer, 1989, p. 106) e, por isso, pode ser compreendida e compartilhada.

Apresentadas as diferentes formas de simbolismos, voltaremos ao problema do significado, começando pelo estudo da linguagem.

4.4. Linguagem

Langer acredita que a função primária da linguagem não é a comunicação, mas sim uma atualização vocal como forma de ver a realidade simbolicamente, a formulação e a expressão de concepções, e, por isso, um instrumento adequado para comunicação. *"Pois seus começos não são ajustamentos naturais, caminhos para meios; são instintos de lalação gratuita, reações estéticas primitivas e associações de ideias como que oníricas que se fixam em semelhante material. Os preparativos para a linguagem situam-se bem abaixo, na escala racional, do uso de palavras; podem ser encontrados antes do nível evolutivo de qualquer comunicação por sons"* (Langer, 1989, p.123).

Pelo fato de que a mente é supersensível a formas expressivas, as crianças têm tendência de ver significados em puras formas visuais e auditivas. Por meio da sinestesia, sons, cores, temperaturas, formas e sentimentos associam-se. A mente, por ser capaz de captar analogias, pode projetar sentimentos em objetos externos e, desse modo, conceituá-los. Com o passar do tempo, verifica-se um constante decréscimo dessa experiência e um crescente deslocamento das associações subjetivas e simbólicas para as práticas. “A palavra e a concepção fundem-se nesse período inicial em que ambas crescem juntas, de maneira que até na vida posterior se torna difícil separá-las” (Langer, 1989, p.132). Possibilitando a fixação da experiência, em função da formulação conceitual, a palavra torna-se o núcleo da memória.

Fazendo uso da teoria do linguista Philipp Wegener, Langer menciona dois princípios gerais do desenvolvimento linguístico: a emenda, que gera formas sintáticas da fala, e a metáfora, fonte de generalidade. A primeira explica o modo como o significado de uma palavra deriva a estrutura gramatical. A segunda, e mais importante para a discussão do simbolismo, explica de que forma novos conceitos são formados.

“*Todo discurso envolve dois elementos, que podemos chamar, respectivamente, o contexto (verbal ou prático) e a novidade. A novidade é o que o locutor está tentando salientar ou expressar*” (Langer, 1989, p.143). Desse modo, quando o locutor deseja expressar uma ideia, mas não encontra palavra adequada, faz uso de analogia lógica, usando uma palavra que, na verdade, denota outra coisa, mas cujo contexto evidencia que ele não pode estar significando a coisa literalmente denotada. Se dissermos, por exemplo, que o rio corre rápido, ou que uma cerca corre à volta do sítio, o verbo “correr” está sendo empregado metaforicamente como símbolo. Utilizada com muita frequência, a metáfora adquire um significado literal, uma vez que a palavra pode simbolizá-lo. Langer conclui que é nosso ver abstrativo que possibilita a conceituação de experiências novas por meio de expressões metafóricas. A metáfora “*é a força que torna [a linguagem] essencialmente relacional, intelectual, apresentando continuamente formas novas e abstraíveis na realidade, acumulando continuamente um depósito de conceitos velhos e abstraídos em um crescente tesouro de palavras gerais*” (Langer, 1989, p. 146).

4.5. Ritual

Para que a linguagem fosse capaz de se desenvolver, a ponto de que significados pudessem ser extraídos de palavras, foi necessário que houvesse, anteriormente, um processo de simbolização muito ativo, ainda que primitivo. Langer destaca que tais processos são, essencialmente, o ritual e o mito. A seguir, será apresentado o primeiro deles.

Por causa do caráter profundamente “simbólico” da mente, ela tende a operar com símbolos abaixo do nível da fala. Nesse sentido, a experiência subjetiva de uma imagem, por exemplo, não é o mesmo que sua experiência direta real, mas, como em um quadro, é apenas um objeto de propriedade da mente, ou sua projeção. Como podem ser contempladas, não meramente vividas, essas imagens têm características de símbolos. Podendo ser utilizadas de forma metafórica, a mente pode abstrair conceitos de impressões reais, por meio de uma analogia lógica com seus significados primários. A partir da sucessão de imagens, são formadas as histórias e as fantasias. Essas são repletas de percepções e de sensações, cujos significados metafóricos são simbólicos, e cuja concepção requer uma linguagem para que seja formulada. *“Só a mente capaz de apreender tanto a formulação literal de uma ideia como a ‘poética’ está em posição de distinguir a figura de seu significado. [...] Em nossas apresentações mais primitivas – a imaginação metafórica dos sonhos – é o símbolo, não seu significado, que parece comandar nossas emoções”* (Langer, 1989, p. 154)

Objetos de povos primitivos, como o churinga da Austrália, o escaravelho do Egito ou os amuletos que as mulheres gregas levavam para o altar, são símbolos oníricos encontrados na vida desperta. O estudo dos sonhos possibilita descobrir que o significado de tais símbolos são, na realidade, os grandes temas das religiões primitivas: vida, dar vida, morte e mortos. *“Os símbolos que corporificam as ideias básicas de vida e morte, de homem e do mundo, são naturalmente sagrados”* (Langer, 1989, p.156). O fato de que tais povos atribuem determinados poderes a tais objetos baseia-se em uma identificação natural de valores simbólicos, cuja função é expressiva, com valores práticos, cuja função é física. A contemplação de tais objetos torna-se uma atividade intelectual, à medida que convida à compreensão de emoções humanas ligadas ao ciclo da vida.

Quando uma apresentação externa de emoções sagradas ocorre, diz-se que é autoexpressiva; mas, quando ela se torna reação habitual, utilizada para demonstrá-las, tornando-se expressiva em seu sentido lógico, diz-se que é um gesto, pois deixa de ser

um signo da emoção que transmite, mas um símbolo, uma ideia de sentimento. “*Com a formalização do comportamento manifesto na presença dos objetos sagrados, entramos no campo do ritual. Este é, por assim dizer, um complemento dos símbolos de vida; pois assim como os últimos apresentam os fatos básicos da existência humana, as forças de geração, realização e morte, os ritos decretados na sua contemplação formulam e registram a resposta do homem àquelas realidades supremas*” (Langer, 1989, p. 157).

Conceituando o sagrado, o ritual é repetido, por causa da busca moral do homem por orientação, dando origem ao sacramento, que, em geral, se origina em uma ação simples e familiar, como comer, beber, lavar, mas que, com o tempo, adquire significação simbólica superior. Além disso, o ritual também pode durar por séculos, mas, quando “*o Santo torna-se um deus, a tônica do ritual torna-se a oração. [...] Nisso reside o fundamento racional do culto animal, que parece ter precedido, quase universalmente, a evolução das religiões superiores. Um deus que simboliza qualidades morais faz bem em aparecer em forma animal; pois uma encarnação humana seria desconcertante*” (Langer, 1989, p.167).

Nessa relação sagrada entre homem, objeto e animal está, provavelmente, a gênese do totemismo, mas é na figura do mito, capaz de simbolizar a origem, a tradição, as ações e as aventuras de um povo, que grandes concepções humanas de divindade podem ser realmente articuladas. “*As divindades nascem do ritual, mas as teologias brotam do mito*” (Langer, 1989, p. 172).

4.6. As raízes do mito

As principais diferenças entre o mito e o ritual é que este tem sua origem em atitudes motoras que são exteriorizadas e, em seguida, se tornam públicas. O mito, por sua vez, origina-se na fantasia, que pode permanecer tácita por muito tempo, uma vez que a forma primária desta é fenômeno inteiramente subjetivo e particular do sonho. De acordo com a teoria psicanalítica, a fantasia pode ser considerada uma metáfora inconsciente de sensações e de desejos de seu autor e, por isso, é um meio autoexpressivo.

Da mesma forma que os gestos adquirem significação simbólica e se tornam, gradativamente, um tipo de ritual, os símbolos da fantasia também adquirem, com o tempo, uma forma exterior mais razoável. Apesar disso, tal desenvolvimento da fantasia não é automaticamente responsável pelo surgimento do mito. Para que isso ocorra é

necessário, antes, um deslocamento temático no modo de narrar estórias.

Tradicionalmente, a forma mais primitiva de fantasia é o conto de fadas. Se, por um lado, este é mais imaginário, tem o propósito de gratificar desejos, possui heróis simples, mas superiores (como príncipes), e tem o final de sua estória com teor moral, o mito, por outro lado, “*é aceito com seriedade religiosa, seja como fato histórico seja como verdade ‘mística’*. Seu tema típico é trágico, não utópico; e suas personagens tendem a fundir-se em personalidades estáveis, de caráter sobrenatural” (Langer, 1989, p. 179). Isso se deve ao fato de que ambos têm funções fundamentalmente diversas. Enquanto o conto de fadas é apenas uma gratificação pessoal, uma expressão de desejos e uma realização imaginária, nas quais as virtudes do herói não passam de necessidades para seu triunfo social, o mito “*é um reconhecimento de conflitos naturais, de desejo humano frustrado por poderes inumanos, opressão hostil ou desejos contrários; é um relato do nascimento, paixão e derrota pela morte, que é o destino comum do homem. Seu fim último não é a desejosa distorção do mundo, mas a visualização séria de suas verdades fundamentais; orientação moral, não escape*” (Langer, 1989, p. 180).

A passagem do conto de fadas para o mito acontece quando, além das forças sociais, que representam o relacionamento do indivíduo com a sociedade, forças cósmicas, que representam o contato da humanidade com a natureza, aparecem na estória. Langer acredita que a evolução do conto de fadas para uma mitologia da natureza ocorre por meio da introdução de símbolos cósmicos. À medida que personagens divinos se incorporam, surgem os “heróis culturais”, ou as lendas, que são um híbrido do pensar objetivo com o subjetivo, capazes de fornecer os símbolos de uma realidade circundante, menos pessoal. “*Enquanto o herói de estória é um indivíduo que sobrepuja oponentes pessoais – pai, amo, irmãos ou rivais – o herói cultural é o Homem a sobrepujar as forças superiores que o ameaçam. Uma tribo, não um único inventor, identifica-se inconscientemente com ele. O cenário de seu drama é cósmico; a tempestade e a noite são seus inimigos, o dilúvio e a morte, suas provações. Estas são as realidades que inspiram seu sonho de libertação. Sua tarefa é o controle da natureza – da terra e do céu, da vegetação, dos rios, das estações – e a conquista da morte*” (Langer, 1989, p. 188).

Langer também destaca que o processo de constituições míticas só é possível em função da existência de símbolos representativos, os quais se podem condensar em uma expressão total, sem serem apresentados rigorosamente por suas partes constituintes, como no caso dos símbolos cósmicos. Por meio da elaboração mitológica, a unidade subjacente de tais símbolos possibilita uma concepção teológica.

Por se tratar de uma primeira corporificação de ideias gerais, por meio de tipos diversos de símbolos, a origem do mito “*é um simbolismo não-discursivo, não se presta a técnicas analíticas e genuinamente abstrativas. O mais alto desenvolvimento de que o mito é capaz é a exposição da vida humana e da ordem cósmica, que a poesia épica revela. Não podemos abstrair e manipular seus conceitos mais além, dentro do modo mítico. Quando este modo se exaure, a religião natural é suplantada por uma forma discursiva e mais literal de pensamento, isto é, a filosofia*” (Langer, 1989, p. 202).

A conclusão é que ideias genuinamente novas não podem ser expressas pela linguagem, tendo que aparecer, a princípio, metaforicamente, por meio de símbolos apresentativos. A análise discursiva começa somente após ideias terem sido articuladas de outra forma na mente. Desse modo, podemos compreender a passagem do ritual para o mito, do mito para a poesia, e da poesia para a metafísica, ou para o raciocínio discursivo.

4.7. Da significação na música

À medida que histórias míticas são fixadas em forma de poesia épica, esta surge como a primeira de uma nova forma simbólica. Com infinitas possibilidades, os símbolos artísticos captam significados e expressam ideias que antes não tinham nenhum veículo. A arte é não só uma forma expressiva de uma ideia da mente do artista, mas também, considerando o simbolismo lógico e o psicológico, uma forma significativa. Por não se constituir de proposições, a arte possui concepções mais profundas, para além de seu conteúdo. A psicanálise, por exemplo, interpreta-a como uma expressão das fantasias do artista, manifestadas por meio da dinâmica dos mecanismos inconscientes de seu psiquismo. Tal fato aponta para o início do reconhecimento desse novo modo simbólico de expressão, que introduz o problema da experiência estética de uma filosofia centralizada no símbolo. Apesar disso, o método psicanalítico, por ocupar-se apenas do conteúdo, não da perfeição da forma (que é exatamente o que confere significação, no sentido artístico), não oferece critérios de avaliação de excelência artística e, conseqüentemente, não possibilita nenhuma distinção entre arte boa e arte má.

Sob o ponto de vista formal, a música tem algumas características que facilitam o estudo da significância artística. Na medida em que suas estruturas tonais não apresentam nenhuma cena, nenhum objeto e nenhum fato, nenhum conteúdo literal óbvio é sugerido.

Por esse motivo, ela é preeminentemente não-representativa, tendo a forma pura como essência, não como embelezamento.

Pelo fato de que o principal efeito da música é despertar respostas emocionais em seus ouvintes, a doutrina mais popular a seu respeito é de que tanto sua significação quanto sua função estão relacionadas com a autoexpressão dos sentimentos do artista; isso é, entretanto, um paradoxo filosófico, à medida que a pura autoexpressão não requer forma artística. Para Langer (1989, p. 216), “*a história da música tem sido uma história de formas cada vez mais integradas, disciplinadas e articuladas, muito parecida com a história da linguagem, que se faz importante apenas quando se desapega de sua antiga fonte nos gritos expressivos, e se torna denotativa e conotativa mais do que emocional. [...] As leis da catarse emocional são naturais, não artísticas*”; [portanto] *se a música tem qualquer significação, é semântica, não sintomática. Seu ‘significado’ é evidentemente não de um estímulo para provocar emoções, não o de um sinal para anunciá-las; se tem um conteúdo emocional, ela o ‘tem’ no mesmo sentido que a linguagem ‘tem’ seu conteúdo conceitual - simbolicamente. Não é comumente derivada de afetos nem tencionada para eles; mas cabe dizer, com certas reservas, que é a respeito deles. A música não é a causa ou a cura de sentimentos, mas sua expressão lógica*” (Langer, 1989, p. 217).

Nesse sentido, a suposição é de que a música seja um tipo de linguagem dos sentimentos, com um conteúdo conceitual genuíno, um simbolismo com conteúdo de ideias, não apenas um signo da condição emocional individual; sua significação é, por isso, em algum sentido, a de um símbolo. Desse modo, a música expressa-se como o conhecimento do sentir humano, capaz de representar emoções que nunca sentimos ou paixões que não conhecíamos, do mesmo modo que palavras podem descrever eventos que não presenciamos ou coisas que não vimos. “*Um compositor não apenas indica, mas articula complexos sutis de sentimento, que a linguagem não pode sequer denominar e muito menos descrever; ele conhece as formas da emoção e sabe manejá-las, ‘compô-las’*” (Langer, 1989, p. 222).

Para fundamentar em que sentido se pode afirmar que a música tem significação de um símbolo, é necessário verificar se sua forma lógica é análoga ao que pretende simbolizar. Isso foi realizado por diversos pensadores, como o psicólogo da Gestalt, Wolfgang Kohler, que comparou a dinâmica musical com formas da vida interior e mental, o músico Jean D’Udine, que definiu a música como uma projeção tonal das formas do sentir, ou o escritor Havelock Ellis, que fez analogia entre a arte e as funções

da vida. Por esse motivo, pode-se dizer que a música possui símbolos, que se articulam, de modo que possam revelar a natureza dos sentimentos; o conteúdo musical, entretanto, como nas primeiras manifestações do pensamento linguístico, ainda não pode diferenciar símbolo e objeto. Como prefere Langer, “*a música é nosso mito da vida interior – um mito jovem, vital e significativo, de inspiração recente e ainda em crescimento ‘vegetativo’*” (Langer, 1989, p. 242).

4.8. A gênese da importância artística

Apesar de a música ter origem muito remota, no início, ela não era uma arte. É provável que a função da organização de sons era a ritmização do trabalho e do ritual, para a excitação nervosa ou para propósitos mágicos. Isso foi um passo fundamental para que se alcançasse formas fixas (como ritmos de trabalho, compassos de danças, canto coral ou, até mesmo, a imitação de sons do mundo), que, por sua vez, puderam converter-se em elementos para a imaginação musical.

É importante distinguir que a origem de um símbolo nada tem a ver com sua significação, cujo valor é sempre adventício. No caso das artes visuais, por exemplo, tal confusão pode levar a um erro de julgamento de um espectador médio, que, ao se concentrar na acurácia da pintura, em sua relevância temática ou em sua beleza, pode avaliá-la, sem considerar seu mais importante elemento, a forma significativa (nesse caso, a articulação das formas visuais). Desse modo, se a origem da arte dependesse da concepção de alguém, quanto a esse significado anterior, e por sua intenção de expressá-lo, a primeira criação artística nunca teria sido realizada; ao contrário, o surgimento da arte só foi possível, porque “*vemos significação em coisas, muito antes de sabermos o que estamos vendo, sendo mister algum outro interesse, prático ou emocional ou supersticioso, para levar-nos a confeccionar um objeto que se revela possuidor também de virtude expressiva*” (Langer, 1989, p. 248).

Analogamente à música, todas as outras artes também são capazes de expressar, por meio da representação de objetos, ideias ou eventos, a mesma significação artística, alcançando, portanto, formas que não podem ser expressas pelos símbolos discursivos. A semântica das artes plásticas, por exemplo, é composta de linhas, cores, perspectiva e textura; a da poesia, de rimas, métrica e imagens. Por esse motivo, os símbolos artísticos diferenciam-se dos símbolos apresentativos. Estes expressam fatos para o pensar

discursivo, e seu conteúdo pode ser verbalizado, sujeito às leis do vocabulário e da sintaxe; aqueles são inefáveis, à medida que seu sentido está intrinsecamente atrelado à forma particular que assumiram.

Do mesmo modo que a significação de um símbolo discursivo depende de como está inserido em um discurso, “*a ‘verdade artística’ é a verdade de um símbolo das formas do sentir – formas inominadas, mas reconhecíveis quando aparecem em réplica sensual. Tal verdade, sendo ligada a certas formas lógicas de expressão, possui certas peculiaridades lógicas que a distinguem de sua verdade proporcional; como os símbolos apresentativos não têm negativos, não há operação pela qual seu valor de verdade seja invertido, não têm contradição. Daí a possibilidade de expressar opostos simultaneamente*” (Langer, 1989, p. 259). Não tendo função de negação, as formas artísticas não podem ser verdadeiras nem falsas; por isso o termo mais apropriado seria “expressividade”, que designaria a adequação (ou não) das ideias que tais formas corporificam.

Langer conclui que o julgamento artístico nunca pode ser somente literal, uma vez que as formas discursivas, que ligam a inteligência à linguagem, levam a uma teoria do conhecimento relacionada aos métodos científicos, cujos fundamentos são a teoria da comunicação, a generalização e a prova. As formas não-discursivas, por sua vez, que permitem a concepção de coisas inacessíveis à linguagem, como a significação artística, mítica ou sagrada, levam a uma Filosofia da arte, cujas possibilidades lógicas de significado é, ainda, um campo a ser explorado.

4.9. A textura do significado

Todo processo de pensamento inicia-se com algumas formulações básicas da percepção dos sentidos, à medida que o pensar é conceitual, e a concepção começa com a compreensão da Gestalt. Seu primeiro produto é o conhecimento literal, que dá a concepção abstrata das coisas. A abstração não-discursiva, por sua vez, podendo ser chamada também de “visão prática”, é o ponto de encontro do pensamento, que é simbólico, com o comportamento animal, que se baseia na percepção de signos. A percepção conjunta entre signo e símbolo possibilita o pensar realístico, ou inteligência prática, por meio da visualização do fato ou da concepção ancorada na realidade.

“O ‘fato’ não é uma simples noção. É aquilo que concebemos ser a fonte e o

contexto dos signos aos quais reagimos com êxito; [...] é um objeto de atenção, de consciência discriminadora, nos eventos presentes; [...] é aquilo que determina assentimento ou dissentimento, sem inferência e de acordo com as regras” (Langer, 1989, p. 265). Em suma, *“é um evento intelectualmente formulado; [...] é reconhecer o elo entre processo simbólico e resposta ‘significa’, entre imaginação e experiência sensorial”* (Langer, 1989, p.266).

O interesse nos fatos observáveis levou a uma metodologia científica, na qual se busca relacioná-los, uns aos outros, para que se possa formular leis gerais universais. Isso, por sua vez, levou a uma construção de valores, nos quais tais fatos são garantia de verdade. *“A ciência é um esquema conceitual intelectual para manipular fatos, um contexto vasto e relativamente estável, no qual classes inteiras de fatos podem ser entendidas. [...] Trocar ficções, fés e ‘sistemas construídos’ por fatos é o seu valor supremo; daí suas explosões periódicas no sentido de ‘desmascarar’ tradições, religiosas ou lendárias; sua satisfação com o realismo rígido na literatura, sua suspeita e impaciência para com a poesia; e talvez, no ingênuo nível não-crítico da mentalidade média, a paixão por novidades – novidades de qualquer gênero, desde que pretendam sê-lo”* (Langer, 1989, p. 272).

Em contrapartida, para além das leis naturais e dos fatos observáveis, encontra-se a realidade da visualização e do pensamento simbólicos – memória, crença na experiência, sonho, fantasia, arte, filosofia – *“todo o processo criativo de ideação, metáfora e abstração que fazem da vida humana uma aventura no entendimento”* (Langer, 1989, p. 277). Apesar de haver apenas dois tipos fundamentais de simbolismo, o apresentativo e o discursivo, os tipos de significados são muito mais numerosos. São tais significados que levam o homem a um outro tipo de concepção e de entendimento, da vida, da morte, do mundo, das leis do mundo e de suas relações com ele.

“Uma filosofia que conhece apenas lógica dedutiva ou indutiva como razão, e classifica todas as outras funções humanas como ‘emotivas’, irracionais e animais, só pode enxergar regressão a um estado pré-lógico nas presentes ideologias apaixonadas e não-científicas” (Langer, 1989, p. 288); mas uma que se baseia no estudo do significado e dos valores simbólicos deve possibilitar a compreensão da expressão e da experiência humanas nos seus fatos, nos seus discursos e nas diversas realidades possivelmente alcançadas.

5. RORSCHACH

5.1. Histórico

Apesar de testes com manchas de tinta já terem sido empregados, no final do século XIX, por Alfred Binet e Victor Henri (França, 1895), Rybako (Rússia) e Dearbon (EUA), Hermann Rorschach nunca os mencionou, fato que levou seus biógrafos a considerarem que ele tenha tido conhecimento apenas dos trabalhos de Leonardo da Vinci, que utilizava manchas de umidade nas paredes, para identificar candidatos à carreira artística, e de Justius Kerner, que, no livro *Die Klecksographien*, estudou a imaginação das pessoas por meio da percepção de manchas de tinta. Outra influência foi a de Szymon Hens, que, em 1917, criou um teste com manchas de tinta, a fim de explorar a fantasia (Nascimento, 2010).

O famoso teste de Rorschach surgiu, em 1921, no seu livro *Psicodiagnóstico*. O médico suíço criou 40 manchas, das quais selecionou as 15 melhores, para eliciar respostas que lhe pareciam significativas para compreender aspectos da personalidade. Sua morte inesperada, em 1922, interrompeu seus trabalhos, o que ocasionou tanto a falta de compreensão da nova técnica quanto a divulgação deficiente de sua criação.

O método de Rorschach foi introduzido nos EUA, pouco antes da Segunda Guerra Mundial, por D. Levy, que estimulou S. J. Beck a realizar um estudo de padronização do teste. Outras contribuições foram feitas por Bruno Klopfer e Douglas Kelley, Ruth Bchner e Florence Halpern, Z. Piotrowski e M. Hertz, além de David Rapaport. O interesse foi crescente até a década de 1970, quando começou o declínio causado pelo “*aparecimento de falhas no processo de validação, com a crítica de que o método não pode prever nenhuma conduta nem promover a cura. Nessa época, houve um aumento na procura pelos testes objetivos. Segundo Hert, um novo vigor foi dado ao teste na década de 1970; menciona estudos a respeito da fundamentação teórica do Rorschach, conferindo validade aos constructos do método e justificando seu uso tanto na clínica quanto na pesquisa*” (Nascimento, 2010, p. 46).

O Sistema Compreensivo surge em 1974, com J. E. Exner, que propôs um novo método de aplicação, de classificação e de interpretação do Rorschach. Segundo Anne Andronikif-Sanglade, “*os numerosos trabalhos efetuados por Exner na ‘Rorschach Research Foundation’, o seu refinamento constante dos conceitos, sua confrontação aos*

novos dados psicopatológicos, assim como o imenso trabalho de constituição de tabelas normativas fazem hoje do Rorschach – ‘Sistema Compreensivo’ – um instrumento de avaliação da personalidade, de diagnóstico, ao mesmo tempo sensível, fiel e válido. Esse método tem sido cada vez mais empregado no mundo e começa, se bem que timidamente, a se introduzir na França” (Nascimento, 2010, p. 47).

5.2.Fundamentação Teórica

Ainda que o método de Rorschach não apresente uma teoria da personalidade nem se filie a nenhuma corrente teórica, a interpretação de seus resultados deve seguir, ao menos, um esquema conceitual. Inicialmente, H. Rorschach (1979) afirmava que, apesar de quase todos os examinandos o considerarem uma prova de imaginação, seu teste deveria ser utilizado para auxiliar no diagnóstico clínico, a partir da interpretação de formas fortuitas, que não representava, para o autor, uma função da imaginação, como era pensamento comum naquela época, mas da percepção e das ideias. Para embasar essa afirmação, ele cita Bleuler que acreditava que *“as percepções têm suas origens no fato de, as sensações, ou seja, grupos de sensações provocarem a evocação das imagens-recorências de antigos grupos de sensações, de tal modo que despertam em nós um complexo de lembranças de sensações cujos elementos se acham intimamente ligados a experiências anteriores e que se diferenciam de outros grupos de sensações. Na percepção, encontramos, pois, os três processos: os de sensação, os de evocação e os de associação”* (1979, p. 17). Em seguida, prossegue: *“se podemos definir a percepção como uma assimilação associativa de engramas disponíveis (imagens recorências) a complexos de sensações recentes, poderemos compreender que a interpretação de formas fortuitas surja como uma percepção na qual o trabalho de assimilação entre o complexo de sensações e do engrama é tão grande que, por esta razão, será percebida como um trabalho de assimilação intrapsíquica, equivalente imperfeita do complexo de sensações e do engrama, que dá à percepção o caráter da interpretação”* (1979, p. 17). Além disso, por se tratar de uma operação consciente, na qual o sujeito identifica na mancha algo que ele sabe que não é, Rorschach rejeitava a presença de elementos inconscientes na formação de uma resposta.

A falta de fundamentação teórica foi uma das preocupações de Holt, que, no livro *Developments in the Rorschach Technique*, lembra que o próprio criador do teste disse

que *“todos os resultados são predominantemente empíricos”* e que *“as conclusões obtidas, portanto, devem ser consideradas mais como observações do que como deduções teóricas. A fundamentação teórica do experimento está, na maior parte, ainda bastante incompleta”* (1954, p. 501). Segundo Holt (1954), a busca de uma teoria é importante, à medida que dá maior flexibilidade para análise e para o diagnóstico da personalidade, além de permitir a dedução e a predição de situações novas ou atípicas. Dessa forma, resumiu ideias dos principais autores da época, como G. W. Allport, Kurt Lewin, Andras Angyal, Henry A. Murray e, principalmente, Gardner Murphy. Este acreditava que *“pulsões ou motivações devem afetar a percepção de duas formas diferentes. Primeiro, diferenças individuais nas ações são de importância fundamental para determinar os tipos particulares de experiências de aprendizagem que uma pessoa terá, suas predileções para certos tipos de experiência, e seu foco seletivo naqueles aspectos do mundo que têm relevância especial para o desenvolvimento de seus padrões conativos. Ao sugerir uma necessidade humana geral para a ancoragem e para a estabilização perceptual, Murphy descreve como ela interage com um padrão particular de uma ação individual, para produzir atenção seletiva”* (Holt, 1954, p. 528). A segunda contribuição para a teoria da percepção seria dos três níveis iniciais de desenvolvimento que, conforme descritos por Werner e Lewin, passariam por uma fase inicial indiferenciada de unidade global, uma fase de diferenciação desorganizada e uma fase final de organização integrada das subpartes.

De influência psicanalítica, Roy Schafer (1954) sugeriu que as imagens formadas representam tanto pulsões quanto esforços defensivos do ego. A ambiguidade das manchas permitiria uma livre associação, que relaxaria as defesas do examinando e permitiria o surgimento de imagens inconscientes. Além disso, também estimularia o aparecimento dos processos secundários, do princípio de realidade, dos níveis mais elevados e diferenciados do funcionamento psíquico, dos níveis menos organizados e dos processos primários, que também seriam favorecidos por essa situação. Segundo ele: *“os níveis primitivos de funcionamento não desaparecem quando são atingidos os níveis mais diferenciados. Eles coexistem e estão sempre prontos para substituir os níveis mais avançados. Eles frequentemente codeterminam respostas como os níveis mais avançados, colocando uma estampa pessoal – possivelmente um estampa muito pessoal – naquelas que seriam reações objetivas e impessoais”* (Schafer, 1954, p. 79).

Em 1965, Piotrowski criou o termo “perceptanalysis”, para enfatizar a principal característica da técnica de investigação da personalidade criada por Rorschach, ou seja,

da interpretação de estímulos visuais ambíguos e indeterminados por meio de perceptos, ou imagens com significado. Para o autor, a grande contribuição metodológica da “perceptanalysis” para a Psicologia da personalidade “*consiste em prover referenciais empíricos novos e melhores do tipo que suas inter-relações correspondem a relações lógicas entre os conceitos que eles ilustram. Conceitos importantes, como o desejo para a realização pessoal, emoções positivas e negativas, ansiedade e modos de aliviá-la, conceitos habituais de papéis que moldam relações interpessoais são ilustrados por novos referenciais empíricos. Nenhum outro método experimental pode empiricamente diferenciar tantas variedades de ansiedade e os modos utilizados para lidar com essa variedade. O gênio de Rorschach atingiu essa altura, criando um equivalente a um microscópio psicológico. Numerosos traços de personalidade ficaram acessíveis a observação por meio da perceptanalysis. A influência de Rorschach na definição de conceitos básicos da personalidade é indireta e branda; a perceptanalysis, no entanto, pode levar à reorganização dos traços básicos da personalidade em uma nova ordem hierárquica determinada pela duração dos traços e de sua influência sobre o comportamento interno e externo*” (1965, p. 22).

5.3. Validade e Confiabilidade

Por ter sido criado após anos de experiência, partindo quase que exclusivamente da prática, do mesmo modo que, inicialmente, carecia de fundamentação teórica, o teste de Rorschach não tratava da questão da validade e da confiabilidade da técnica. Essas só foram mencionadas pelo Dr. W. Morgenthaler, na quarta edição, do *Psicodiagnóstico*. Por um lado, diz ele que “*os diagnósticos cegos são qualquer coisa de imensamente precioso, primeiro como iniciação, para aprendizado do método, em segundo lugar, para se convencer os céticos, estranhos ao método, do valor da prova e, em terceiro, para fins de comparações científicas*”; por outro, ressalta que apesar do método ser “*meio auxiliar valioso e insubstituível para apreensão de um grande número de facetas da personalidade*”, os resultados precisam “*ser comprovados por meio de outros métodos, provas, observações, levantamentos, etc.*” (1979, p. 260)

Morgenthaler diferencia “médicos” e “não médicos”, em relação à realização do diagnóstico do teste. Aqueles, caso não conheçam suficientemente a prova, devem aplicar o teste e, em seguida, enviar o protocolo a um conhecedor do Rorschach para avaliação.

“Para este último, [os não-médicos], trata-se de um diagnóstico cego, ou, pelo menos, parcialmente cego; para o médico, o teste será, porém, um psicodiagnóstico, que ele não deve aceitar sem maiores considerações mas, ao contrário, deve compará-lo de maneira crítica com sua experiência em relação ao examinando” (1979, p. 261). Para os “não médicos”, recomenda-se trabalhar em conjunto com um médico, a fim de que se discuta o psicograma e que seja *“ressaltada esta ou aquela faceta para que, em alguns casos, sejam feitos exames suplementares ou sejam consultados outros especialistas”* (1979, p. 261).

Em contrapartida, Mary D. Ainsworth, em *“Developments in the Rorschach Technique”* sugere que *“o problema da validade na técnica de Rorschach transcende aquele de assegurar a veracidade e a precisão da descrição da personalidade individual”* (1954, p. 405). Por esse motivo, propõe que a *“validade da técnica deve seguir o processo científico familiar de validação de hipóteses, em vez do padrão de validade de testes”* (1954, p. 406). Desse modo, tais hipóteses seriam *“modificadas, estendidas, refinadas e corrigidas – não meramente aceitas como válidas ou rejeitadas como inválidas”* (1954, p. 406). Para basear tal concepção, Ainsworth (1954) examina cinco problemas principais, com relação à validade, os quais também estende não só ao Rorschach, mas às técnicas projetivas em geral. São eles: a) problemas relacionados à relação das hipóteses interpretativas; b) problemas relacionados à natureza dos conceitos do Rorschach e de suas comunicabilidades; c) problemas oriundos da natureza temporal da técnica de Rorschach e dos outros métodos frequentemente utilizados para superar tal dificuldade; d) problemas relacionados à confiabilidade; e) problemas relacionados a critérios de fora contra os quais hipóteses têm de ser verificadas.

Quanto à questão da confiabilidade, ainda que Ainsworth descreva estudos que utilizaram alguns métodos, como o das metades e o do teste-reteste, de forma bem-sucedida, ela também menciona a importância de verificar os limites de estabilidade das funções que são medidas pelo Rorschach. Desse modo, *“tentativas futuras de explorar a confiabilidade da técnica de Rorschach não devem ser vistas como recursos, porque critérios tradicionais são difíceis de aplicar, mas como melhoras dos critérios tradicionais, de forma que representem maior busca de testes de confiabilidade do que vêm sendo tradicionalmente empregados pelos testes psicométricos”* (Ainsworth, 1954, p. 445), o que levaria as técnicas a serem não só mais confiáveis, mas também mais válidas.

5.4. O exame

O exame inclui quatro partes principais: administração, inquérito, fase de analogia e teste de limites.

A administração é uma fase similar a qualquer outro teste, uma vez que se busca tomar as medidas necessárias para a aplicação, tais como o preparo da sala, dos ambientes físico e psicológico, dos materiais, bem como o bom rapport e as instruções padronizadas.

Assim como na aplicação de outros testes, a administração abrange a maneira como sentam o examinador e o sujeito, a entrega das lâminas e das instruções, a anotação do tempo de reação e do tempo total e o registro do comportamento verbal e não-verbal do sujeito. No sujeito, a primeira operação que ocorre é a de classificação. Dados provenientes do input são comparados com aqueles já armazenados, sendo feitas comparações, de onde pode resultar um grande número de respostas para cada lâmina. O output decorre de algum processo de censura ou discriminação, sendo a resposta também determinada sob a influência do estilo próprio do sujeito e de seu estado psicológico no momento da testagem (Exner, 1993).

No inquérito, o examinador tenta compreender, de forma mais específica, o que foi dito na fase anterior. Busca-se identificar detalhes como o local onde as manchas foram localizadas, o que determinou o sujeito a fornecer as respostas, as qualidades das formas, a presença de ações humanas ou animais, de cores, de texturas ou de quaisquer outros tipos de fenômenos. Nessa fase, é preciso um bom conhecimento tanto das características das figuras quanto dos critérios de localizações, de determinantes e de conteúdos. Em geral, se a fase de aplicação ocorreu de modo fluido e tranquilo, a fase de inquéritos não costuma apresentar problemas; no entanto, nos casos considerados de personalidade com estrutura ou funcionamento fora do normal, pode apresentar dificuldades e exigir habilidade técnica, a fim de que se possa chegar a um diagnóstico correto.

O período de analogia é utilizado para o esclarecimento do examinador referente à aplicação correta dos escores. Segundo Cunha, somente *“se justifica quando permanecem dúvidas sobre aspectos importantes, em especial se são essenciais para um diagnóstico diferencial”* (1993, p. 402).

Proposto por Klopfer, o Teste dos limites é um recurso para enriquecimento dos dados e do esclarecimento de certas situações ou fenômenos ocorridos com o examinando durante a testagem, por exemplo, quando o sujeito verbaliza apenas respostas globais ou

de detalhe; quando não verbaliza conteúdos nem movimentos humanos; quando, em conteúdos normalmente vistos como coloridos, o sujeito os verbaliza sem cor; quando não verbaliza respostas de sombreado nem respostas populares. Também é um “*recurso conveniente para testar reações específicas a determinadas lâminas (como indícios de choque, manifestações afetivas, etc.) e para avaliar potenciais do sujeito; entretanto quanto menos sugestiva puder ser essa fase, menos comprometerá o desempenho do sujeito em futuro reteste, de modo que se deve restringir à testagem de hipóteses realmente fundamentais, no contexto geral da avaliação*” (Cunha, 1993, p. 402).

O quadro 1 apresenta um resumo indicando os dados relevantes da aplicação.

Fases do exame e objetivos	Comportamentos específicos do examinador	Características da situação	Interação ExS
<p>ADMINISTRAÇÃO PROPRIAMENTE DIRA, “PERFORMANCE” OU FASE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE</p> <p><i>Objetivo:</i> obter uma amostra do comportamento do sujeito.</p>	<p>1. Obter respostas do material-estímulo: verbalizações e reações não-verbais.</p> <p>2. Registrar o comportamento verbal e não-verbal do sujeito.</p>	<p>1. Relativamente padronizada quanto a material e instruções.</p> <p>2. Permissiva, não-estruturada: o S deve interpretar as instruções e assumir a responsabilidade pelo manejo da situação.</p> <p>3. Nova (teste) ou relativamente nova (reteste).</p>	<p>1. Mínima, a nível consciente.</p> <p>2. O papel do Sujeito é ativo, assumindo o controle da situação.</p>
<p>INQUÉRITO</p> <p><i>Objetivo:</i> averiguar aspectos percepto-cognitivos subjacentes às respostas.</p>	<p>1. Identificar unidades de escore e a área da mancha à qual se referem.</p> <p>2. Identificar características do estímulo que determinaram o percepto.</p> <p>3. Explorar as especificações do percepto.</p> <p>4. Avaliar o grau de adaptação do conceito à área da mancha.</p> <p>5. Classificar as respostas, atribuindo escores principais e adicionais e avaliar o nível formal.</p>	<p>1. Mais padronizada: o referencial essencial para o sujeito é o material da mancha; as perguntas são neutras e rotineiras.</p> <p>2. Mais estruturada: há regras e um roteiro implícito e o vocabulário usado deve utilizar a terminologia do sujeito, ou ficar muito próximo a mesma.</p> <p>3. Tanto quanto possível não-diretiva, não sugestiva.</p>	<p>1. Há mais interação Examinador x Sujeito que na fase anterior.</p>
<p>PERÍODO DE ANALOGIA (fase facultativa)</p> <p><i>Objetivo:</i> esclarecer problemas de escore.</p>	<p>1. Investigar se o determinante usado numa resposta é aplicável a outras.</p> <p>2. Atribuir escore</p>	<p>1. Mais diretiva</p> <p>2. Mais padronizada</p> <p>3. Menos estruturada, embora o referencial para as perguntas sejam</p>	<p>1. Há mais interação Examinador x Sujeito que na fase anterior e menos que na subsequente.</p>

	adicional para determinante, nas respostas a que se aplica.	os perceptos do Sujeito.	
TESTE DE LIMITES (fase facultativa) <i>Objetivo:</i> testar hipóteses do examinador.	1. Reestruturar a situação, reorientando o sujeito, para testar atitudes, capacidades subjacentes, dificuldades, através de procedimentos variáveis.	1. Mais diretiva e, se necessário, sugestiva. 2. Menos padronizada 3. Altamente estruturada para o Sujeito e flexível para o Examinador.	1. A relação pode ser alterada, a critério do Examinador, de qualquer maneira útil.

Quadro 1 – Teste de Rorschach: Fases do Exame (Cunha, 1993)

5.5. Classificação dos elementos do teste

Ao analisar as respostas dadas pelo examinando, Rorschach considerava que o conteúdo do material era de importância menor e que se devia privilegiar os aspectos formais, que correspondem às funções de percepção e de concepção. Desse modo, os protocolos dos testes devem responder a perguntas como o total de respostas, a duração do tempo de reação, o número de recusas; se as respostas foram determinadas pela forma, por uma sensação de movimento ou pela cor das figuras; se a imagem é percebida e interpretada como um todo ou em partes; o que foi visto pelo sujeito.

“As interpretações que se obtêm, seja em pessoas normais seja em doentes, são em sua grande maioria, determinadas unicamente pela forma dos borrões. O examinando escolhe entre suas imagens-evocações visuais o que mais se aproxima da forma da figura apresentada, ou do contorno da figura total ou de algum detalhe. Ele imagina, então, o objeto “visto” não como uma forma em movimento mas, antes, imóvel.” (Rorschach, 1979, p. 23). Há também as “respostas-movimento” (interpretações determinadas por engramas cinestésicos) e as “respostas-cor” (determinadas pela cor).

O modo de apreensão das imagens pode ser uma “resposta global”, quando o indivíduo procura interpretar uma prancha como um todo; uma “resposta-detalhe”, quando a figura é vista por meio de partes; e “respostas de pequeno detalhe”, que são interpretações de detalhes menores. Quanto ao conteúdo material, as formas vistas com maior frequência são as “formas animais” e as de “figuras humanas”, exceto nos casos

mais patológicos. Para determinar tais respostas, o examinador deve realizar o inquérito, com base nas verbalizações do sujeito, direcionando continuamente a atenção deste para as manchas.

No inquérito de localização, de acordo com Klopfer (1954), é essencial saber exatamente a parte da mancha que está sendo utilizada, para poder avaliar a precisão das respostas e a maneira de abordagem usada pelo sujeito; por isso, após a leitura da resposta, pede-se a ele para mostrar exatamente que parte da mancha utilizou.

No inquérito de determinantes, recomenda-se que o examinador deva estar familiarizado com os determinantes que são facilitados pela própria configuração e pelas características das manchas. *“Como os estímulos desencadeiam operações percepto-cognitivas no sujeito, as peculiaridades da área selecionada devem servir de base para o levantamento de hipóteses, que serão confirmadas ou não, por meio do inquérito. O examinador deve estar atento para não incorrer no erro frequente de pressupor que o sujeito usou um certo determinante em uma área específica, porque a maioria das pessoas costuma fazê-lo, como, por exemplo, utilizar cor, em uma resposta de “gravata” ou “laço”, para o detalhe central da Lâmina III. Como comentam Klopfer e Kelley (1954), “o fato de a maioria das pessoas empregar ou não a cor, sob essas circunstâncias, não é tão significativo quanto o fato de nosso sujeito admitir tê-la usado ou não” (p.10)”* (Cunha, 1993, p. 410). As possibilidades de respostas dos determinantes são múltiplas podendo ser humanas, animais, de movimento, de forma, de cor, de textura ou até de movimento inanimado.

Quanto ao conteúdo das respostas, Canivet (1956, *apud* Vaz, 1997) efetuou extenso e minucioso estudo sobre as suas categorias e sua interpretação, classificando-os em grandes grupos como: elementos (terra, água, fogo), que podem significar falta de elaboração e preocupação ligada mais diretamente às coisas; fragmentos (rochas, nuvens, coisas rasgadas), comuns em pessoas que gostam de generalizações, que têm medo de se comprometer no que fazem ou pensam; geográficos (ilhas, lagos, cartas topográficas, costas marítimas), simbolizando fuga e intelectualização; botânica (plantas, flores), comum em pessoas com gosto pela natureza, eufóricas; e paisagens (montanhas, jardins), indicando desejo de fuga e de afastamento. As respostas podem também ser classificadas como populares ou originais.

É importante ressaltar que os sistema de classificação e de codificação das respostas variam de autor para autor, mas suas diferenças não implicam em discrepâncias na interpretação ou no diagnóstico. *“Dentro da literatura atual temos como principais*

sistemas de classificação o Rorschach, seu próprio criador (1922) e Loosli-Usteri (1941), na Suíça; Ombrendane-Canivet (in Anzieu, 1960), na França; o de Klopfer (1942) considerado o mais adotado na América do Sul e inclusive com influências na Inglaterra; os de Hertz (1944), Beck (1945), Rapaport (1946), Piotrowski (1957) e Exner (1974, 1995), nos Estados Unidos; Endara (1961), no Equador e Anibal Silveira (1961), no Brasil” (Vaz, 1997, p. 25).

5.6. Interpretação

Rorschach buscou associar os resultados dos fatores dos inquéritos com características do sujeito ou com um diagnóstico clínico, o que poderia resultar em uma imensa variabilidade de resultados. Por esse motivo, sua recomendação foi que se iniciasse a análise pelas “respostas-cor”, que representariam a afetividade. Em seguida, deveria observar-se uma correlação excepcional entre os fatores. Por exemplo, se as formas bem vistas forem de 100%, *“isto é, se as formas foram todas cuidadosamente escolhidas e com nitidez e se, além disto, encontrarmos uma nítida tendência a Do e a pequenos detalhes meticulosos, trata-se, com bastante certeza, de uma neurose compulsiva ou de uma depressão”* (Rorschach, 1979, p. 213). Analogamente, associou o tipo imaginativo com um alto número de apreensões globais, resultantes de D normais e muitas K. Caso as respostas C predominarem sobre as K, e se as formas bem vistas e as formas animais tiverem porcentagem elevada, trata-se de um tipo de vivência extratensivo e um profissional capaz de aplicação, hábil e assíduo, porém estereotipado. *“Se a sucessão das G, D, etc. apresentar uma rigidez máxima, isto é, se em cada prancha, com grande regularidade, for interpretada primeiro uma G, depois algumas D e, em seguida, várias Dd, o examinando possuirá, certamente, a habilidade da lógica, mas também será um programático rígido, etc.”* (1979, p. 214).

Exner recomenda a distribuição de dados quantitativos e qualitativos em um quadro-resumo, principalmente os primeiros, à medida que *“as interpretações derivadas desse dados têm maior probabilidade de serem corretas”* (Exner, 1993, p. 90). Klopfer (1954) considera conveniente listar as relações básicas e, *“para uma visão mais completa dos dados, suplementarmente, o psicólogo precisa de algumas informações sobre respostas adicionais, que não entram nos cálculos, mas dão indicações sobre potenciais do sujeito. Além das composição das respostas F, com os respectivos percentuais de F e*

de F+, sugerimos, ainda, a consideração do F estendido e do F+ estendido, não incluídos por Klopfer; entretanto, para chegar a seu cálculo, conforme Schafer (1954), por exemplo, as respostas devem ser reclassificadas de acordo com critérios diferenciados” (Cunha, 1993, p.424).

5.7. Análise dos dados

A análise dos dados obtidos permitirá tanto a descrição das características individuais quanto o diagnóstico dos sujeitos. São inúmeras as relações entre fatores, descritas na literatura, e apresentá-las, neste trabalho, seria desnecessário para seus fins. Por esse motivo, resumiremos, em seguida, alguns dos principais pontos:

Tipo de vivência: Rorschach acreditava que o tipo de vivência do indivíduo não representava seu psicograma, uma vez que este indicava como o sujeito experimenta as situações. Desse modo, um indivíduo introversivo poderia mostrar-se extratensivo e vice-versa. Inicialmente, as classificações utilizadas por Rorschach (1979) eram do tipo introversiva e extratensiva. De um modo geral, as respostas de movimento (K) indicavam atividades de interiorização e as de cor, atividades voltadas para o ambiente externo.

Com a combinação dos resultados dos diferentes fatores, Rorschach expandiu as classificações, deduzindo outros tipos de personalidade como os coartados (caracterizados pela elevação acentuada dos momentos que podem ser reforçados por meio da atenção dirigida), os extratensivos adaptados (cujas funções lógicas são muito desenvolvidas), os ambiequais (combinação do tipo introversivo e extratensivo, subdivididos em multidotados, catatônicos e maníacos).

Organização da experiência perceptual: a quantidade e a qualidade das respostas G permitem avaliar a presença ou não da capacidade do sujeito de conceitualizar e de organizar a experiência perceptual como um todo. A predominância de respostas G de boa qualidade associa-se com um interesse abstrato, teórico e com a existência de uma capacidade de organização; não obstante somente a evidência de respostas altamente articuladas e integradas é que reflete maior sofisticação na abordagem do mundo exterior, em decorrência da maturidade e da capacidade de organizar a experiência perceptual (boa proporção de G, com nível formal elevado, integrando zonas D). Dessa forma, não se

deve deduzir que somente a quantidade elevada de respostas G seja suficiente para deduzir as mencionadas características. Por um lado, a ênfase em G, com formas vagas e indefinidas, pode sugerir uma incapacidade de o sujeito ultrapassar uma percepção mais global, por limitação ou por interferência no uso construtivo de sua inteligência; com muitas G de nível medíocre, pode denunciar uma necessidade compulsiva de realização intelectual, com ou sem êxito ou, se há uma superacentuação de G, pode indicar ambição intelectual, sem o respaldo de capacidade correspondente. Por outro lado, a qualidade de G é garantia da presença de uma capacidade crítica. A ausência dessa (DG) sugere que o sujeito pode chegar a conclusões errôneas com base em evidência inadequada, por enfraquecimento dos laços com a realidade.

O manejo da localização de D permite levantar hipóteses sobre os modos do sujeito de lidar com problemas práticos e sobre o uso que faz do senso comum. A ausência de transtornos de ordem intelectual e de ordem afetiva pressupõe, pelo menos, uma capacidade média de o sujeito manejar os problemas e reconhecer os fatos de sua vida. Se o enfoque intelectual privilegia grandemente o D, com bom nível formal, isso é compatível com a existência de uma capacidade de diferenciação dos dados da experiência e de aplicação prática da inteligência, mas sem um esforço para organizá-la. Se o nível formal cai, a ênfase do enfoque prático justifica-se por uma incapacidade de haver uma visão mais integrada. Se ocorre o contrário (D abaixo da média, com bom nível formal), a hipótese é de que haja capacidade de diferenciação, mas menor uso do senso comum (Cunha, 1993).

Estratégias para o manejo dos problemas: A descrição da personalidade como um todo funcional e organizado só é possível com exame das proporções de seus elementos motivacionais e emocionais. Desse modo, Klopfer (1954) apresenta algumas das principais variáveis:

As respostas M correspondem aos recursos internos que possui o indivíduo, a fim de equilibrar o controle pulsional com as necessidades externas. Quando presentes em grande número, em boa qualidade, estão relacionadas com alta capacidade intelectual. Podem ser também associadas ao uso da imaginação e à capacidade de enriquecimento perceptual, de fantasia e de criatividade, na medida em que M está relacionada com processos conscientes.

De um modo geral, caso $FM > M$, o indivíduo é governado por necessidades

imediatas de gratificação, em vez de privilegiar objetivos de longo prazo, ou seja, possui o ego com impulsos mais desorganizados e arcaicos. O sujeito pode apresentar comportamento imaturo, irresponsável, impulsivo ou atuador. É o tipo de situação esperada para crianças, na qual o “princípio do prazer” prevalece. Se $M > FM$, ocorre o contrário, a impusividade é subordinada ao sistema de valores do indivíduo; porém, se essa proporção for muito baixa, implica tensão, conflito interior, controle excessivo e falta de espontaneidade. Se $M = FM$, trata-se de um indivíduo cuja impulsividade não interfere em seu sistema de valores e vice-versa.

A resposta M refere-se “à *tensão e ao conflito experienciados na tentativa de manter a integridade do ego contra forças desintegradoras de dentro ou de fora da personalidade*” (Klopfer, 1954, p. 291).

A organização das necessidades emocionais são representadas pelas proporções entre respostas de texturas diferenciadas e não-diferenciadas, que indicam o controle de ansiedade afetiva em relação à aceitação da necessidade de afeto. As combinações podem variar, indicando tanto uma alta necessidade, de forma a afetar toda a personalidade, quanto equilíbrio ou, até mesmo, um necessidade afetiva subdesenvolvida.

A responsividade à experiência emocional: Segundo Cunha (1993, p. 427), “*a reação às três lâminas cromáticas oferece indicações de como o sujeito responde à experiência emocional. A ausência de reação, inibição ou, ainda, a superestimulação cromática são mais comuns nos grupos clínicos e têm que ver com a maneira como se dá o processamento dos estímulos de uma experiência emocional complexa e como o sujeito a eles dá uma resposta, que potencialmente não é adaptativa. A relação entre respostas cromáticas menos ou mais controladas reflete a natureza dos contatos afetivos.*”

A proporção das respostas acromáticas e cromáticas refere-se a respostas a estímulos externos e sociais. No predomínio das acromáticas, pode indicar um comportamento inibido, causada por prévia rejeição. Na hipótese contrária, o comportamento pode chegar a ser fingido, como no caso de crianças que se comportam bem apenas na presença de adultos.

Caso $FC > (CF+C)$, há sinais de controle sobre expressões impulsivas ou emocionais, ou seja, o sujeito responde, de maneira adequada, ao ambiente social, tanto em suas ações quanto em suas emoções; no entanto, se $CF+C$ está ausente, o controle é tamanho que o indivíduo tende a um comportamento superficial, sendo, provavelmente, incapaz de ter uma forte resposta emocional, mesmo que a situação a exija. Na proporção

contrária, com predomínio de (CF+C) sobre FC, há indícios de pouco controle emocional.

A qualidade do teste de realidade: a forma, representada pelas respostas do tipo F, é interpretada como “*a expressão lógica, racional e intelectual da percepção, é a expressão do controle geral que a pessoa tem sobre seus dinamismos psíquicos, como instintos, reações afetivo-emocionais e impulsivas*” (Vaz, p. 89). Na média, as respostas F correspondem de 30 a 50%. Segundo Klopfer (citado por Vaz, p.89), uma porcentagem elevada de F ocorre em “*pessoas rígidas, severas, estruturalmente reprimidas e repressivas*”. Uma porcentagem abaixo de 30% pode estar associada ao baixo nível intelectual, descontrole emocional e pessoas com pouco senso de responsabilidade. O índice de respostas F também está correlacionado positivamente com aspectos tanto da realidade quanto da imaginação e da originalidade.

As respostas do tipo F+, por sua vez, referem-se ao aspecto intelectual relativo à precisão, à coerência e à organização. “*É uma variável no Rorschach que aparece sempre em índice muito baixo em pessoas psicóticas, deficientes mentais, ou altamente ansiosas. O percentual normal ou padrão é igual ou maior que 80%*” (Vaz, 1997, p.89).

No caso de utilização de respostas imprecisas, “*a combinação de uma má precisão formal com indícios de transtornos de pensamento é compatível com a probabilidade de problemas mais sérios, que envolvem defeitos grosseiros no teste de realidade, com em um quadro esquizofrênico ou, se menos severos e conspícuos, de transtorno de personalidade, especialmente do tipo borderline*” (Cunha, 1993, p. 428).

6. TAT

6.1. Introdução

Serão apresentadas brevemente as características gerais do Teste de Apercepção Temática (TAT), antes da discussão sobre seu histórico e sobre sua fundamentação teórica. Em seguida, serão descritos os critérios de validade e de confiabilidade do teste. Por fim, serão indicados seus principais elementos e seus possíveis modo de interpretação.

O Teste de Apercepção Temática (TAT) foi criado por Murray e Morgan, na clínica psicológica de Harvard. De acordo com Anastasi (1977), seu material consiste de 19 pranchas que apresentam algumas figuras e de uma prancha em branco. O sujeito deve inventar uma história adequada para cada uma das figuras, contando como surgiu o acontecimento apresentado, descrever o que ocorre no momento, o que pensam e sentem as personagens, e indicar as consequências. No caso da prancha em branco, o sujeito deve imaginar uma história a respeito. O processo original, delineado por Murray, exige duas sessões de uma hora e a aplicação de 10 pranchas em cada sessão. As pranchas selecionadas para a segunda sessão foram intencionalmente escolhidas como mais estranhas, dramáticas e bizarras; as instruções estimulam a pessoa a permitir o livre jogo de sua imaginação.

Na interpretação das histórias, o examinador deve, inicialmente, identificar quem é a personagem com quem o sujeito se identificou (o “herói”). Em seguida, o conteúdo das histórias é analisado por meio de uma “lista de necessidades (ou tendências)”, classificadas segundo a direção ou objetivo (motivo) pessoal. Uma necessidade pode ser expressada subjetivamente, como impulso, desejo ou intenção, ou, objetivamente, como uma característica de conduta manifesta (Murray, 1964). Além disso, o examinador deve observar tanto os estados interiores e as emoções (como conflito, intercâmbio emocional, desânimo) quanto as forças do ambiente do herói. As pressões referem-se a forças ambientais que podem facilitar ou dificultar a satisfação de necessidades. Ser atacado ou criticado por outra pessoa, receber afeição, ser consolado, ser exposto a perigo físico (tal como ocorre em um naufrágio) são exemplos de pressões. Ao avaliar a importância ou a intensidade, para o indivíduo, de determinada necessidade ou pressão, dá-se especial atenção à intensidade, à duração e à frequência de sua ocorrência em diferentes histórias,

assim como à “singularidade” de sua associação com determinada figura. Supõe-se que material estranho, que se afasta das respostas comuns para cada figura, tende a possuir maior significação para o indivíduo (Anastasi, 1977).

6.2. Finalidade

Quanto à sua finalidade, o TAT é um método destinado a revelar ao psicólogo experiente impulsos, emoções, sentimentos, complexos e conflitos marcantes da personalidade. A novidade que o teste trazia era relativa à possibilidade de descobrimento de certas tendências que ou eram desconhecidas pelo próprio sujeito, ou eram dificilmente admitidas, por serem inconscientes.

Se as pranchas forem apresentadas como um teste de imaginação, o interesse do sujeito, simultaneamente com sua necessidade de aprovação, pode ficar tão comprometido com a tarefa, que se ele conseguir abstrair de sua parte impressionável e se defender da vigilância do examinador, antes de se dar conta, terá dito coisas sobre um personagem fictício que se aplicam a ele próprio, coisas que teria hesitado em confessar se tivesse de responder a perguntas diretas. Em geral, o sujeito termina o teste desconhecendo, felizmente, que brindou o psicólogo com o equivalente de uma chapa radiográfica de sua personalidade (Souza & Werneck, 1995). As principais teorias que fundamentam tal afirmação serão apresentadas e discutidas adiante.

6.3. Histórico

Para melhor compreendermos o TAT, temos de situá-lo no contexto histórico de seu surgimento. Entre 1910 e 1930, houve diversas condições que favoreceram os testes projetivos em geral. Segundo Bernstein (1992), as mais importantes foram: a introdução do enfoque profundo e dinâmico pelo movimento psicanalítico, a demanda de instrumentos psicodiagnósticos infantis pelas clínicas psicológicas (Healy, 1909), a demanda por instrumentos psicodiagnósticos adultos (Munsterberg, Lippman, Stern), além do crédito que o *Psicodiagnóstico*, de Rorschach (1921), conquistou para os instrumentos projetivos.

O TAT aparece nas baterias psicodiagnósticas, em 1935, graças ao empenho de dois estudiosos da Clínica Psicológica de Harvard: H. A. Murray e Christina D. Morgan, que, no mesmo ano, publicaram a monografia *A Method for Investigating phantasies: The Thematic Apperception Test*. Ao longo dos anos, tanto o material quanto o modo de aplicação sofreram várias modificações. À edição original, seguiram-se outras três: a primeira, em formato pequeno; a segunda, revisada, em formato grande (1938); e a última, publicada pela Universidade de Harvard (1942). Inicialmente, a prova consistia em solicitar ao sujeito apenas interpretações acerca das figuras da prancha. Mais tarde, a experiência levou à modificação atual, de inventar uma história completa. Em 1938, fundamentando-se nos primeiros resultados do TAT, Morgan, Murray e outros colaboradores publicaram *Explorations in Personality*, no qual apresentaram a teoria da personalidade que serviria de fundamento para o TAT.

Com a proliferação dos estudos e das publicações relativas ao TAT, sua influência também se ampliou. Bernstein (1992) identifica desde grandes quadros psicopatológicos até minúsculos aspectos psicológicos, por exemplo: reações de um sujeito perante uma crítica (Bellak) ou um fracasso (Rodnick e Klebanoff); omissões e distorções na evocação dos relatos (Brenman); linguagem (Sanford); fantasias e sonhos (Sarason); efeitos da guerra em relatos de crianças (Rautman e Brower). Além disso, o TAT passou por diversas modificações e adaptações no material de prova e na aplicação, que, em alguns casos, levaram à criação de técnicas independentes, como no estudo da aplicação mais curta, mediante a aplicação coletiva; no uso de apenas uma seleção de 20 pranchas; na administração rápida pelo sistema de seleção, pelo sujeito, entre histórias múltiplas. Outras modificações são as de Giles, que criou uma série de pranchas de homens que realizavam diversos tipos de trabalho; de G. Bennett (1941-1942), que, empregando um conjunto de pranchas distintas das de Murray, solicitava ao sujeito que relatasse os eventos mais infelizes na vida do personagem da prancha; de Thompson (1943), que preparou pranchas para sujeitos negros; de Caligor (1951), que administrou 10 pranchas do TAT, intercalando com pranchas em branco; de Balken e Van der Veer (1940) e Frenkel-Brunsvik e Stanford (1945), que combinaram pranchas do TAT com outras imagens.

Tais modificações no TAT criaram novas formas de análise e de interpretação do teste, à medida que foram sendo criados novos instrumentos independentes, como o CAT, o Picture Test de Symonds, o Teste de Relações Objetais de Philipson e o psicodrama de Moreno (Bernstein, 1992).

6.4. Fundamentação Teórica

Não é apresentada, no próprio manual do TAT, uma sólida fundamentação teórica do como o teste surgiu e por que seus resultados podem ser inferidos por meio do método de interpretação sugerido. No breve parágrafo “*Fundamentos*”, Murray (1995, p.10) limita-se à descrição do teste, dizendo que “*o método consiste simplesmente em apresentar uma série de pranchas (quadros) ao sujeito, estimulando-o a contar histórias baseadas nelas, as quais devem ser criadas no impulso do momento*”. Em seguida, afirma que “*o fato de essas histórias, assim coletadas, revelarem, com frequência, componentes significativos da personalidade depende de duas importantes tendências psicológicas: a primeira delas é a tendência das pessoas para interpretar uma situação humana ambígua baseando-se em suas experiências passadas e em seus anseios presentes; a segunda é a inclinação das pessoas que escrevem histórias para agir de igual maneira: utilizar o acervo de suas experiências e expressar seus sentimentos e suas necessidades conscientes ou inconscientes*”.

Ainda que o próprio autor do TAT não apresente, no manual, nenhuma teoria que fundamente suas afirmações, há trabalhos de outros autores que se dedicaram a isso. David Rapaport, por exemplo, diz que “*todas nossas ideias são, em essência, recordações que retornam; portanto os relatos do TAT devem considerar-se sujeitos a leis de organização da memória, que, por sua vez, se encontram governadas por uma dinâmica emocional. Desse modo, é justificado esperar que, dessas histórias, possam derivar-se representações da dinâmica emocional do paciente, ou seja, seu conteúdo ideacional, [que, por sua vez,...]... é o que permite fazer inferências sobre as tendências de importância central para o sujeito*”. (Portuondo, 1970, p. 47)

Em *Introduction to Projective Techniques*, John E. Bell (1948) destaca a importância do conceito de personalidade para a aplicação das técnicas projetivas. Ainda que seja difícil chegar a um consenso a respeito de uma definição única, o termo “personalidade”, segundo o autor, apresenta certas características comuns, como sua dinâmica, sua natureza estrutural, a possibilidade de sua aferição por meio do comportamento, além da existência de partes “profundas” (não diretamente observáveis ou escondidas) que, em geral, são exatamente as que as técnicas projetivas pretendem identificar. Além disso, Bell cita diversos pressupostos teóricos que possibilitam o uso do conceito de “projeção”, como a psicanálise, a Gestalt, a psiquiatria clínica, a antropologia cultural e os estudos relativos à aprendizagem.

Utilizando a experiência em suas aplicações, Bellak (1950) notou que apenas parte das produções dos sujeitos se deve ao mecanismo de projeção (considerado pelo autor como mecanismo de defesa do ego e, portanto, inconsciente). Desse modo, propõe o uso do termo “apercepção”, pois esse abrangeria *“todos os tipos de percepção que, de uma forma ou de outra, são influenciadas por desejos pessoais e seletivos, sofrendo, portanto, alguma distorção pelo aparato puramente cognitivo”*. Outro pressuposto mencionado por Bellak é o de “determinismo psicológico”. Sua hipótese é a de que *“tudo o que é dito ou escrito como resposta a alguma situação de estímulo, como todas outras produções psicológicas, tem uma causa dinâmica e um significado”* (Bellak, 1950, p. 187). Como esse princípio de inspiração behaviorista, que consiste em considerar o modo do sujeito reagir ao material do teste como rigorosamente análogo à sua maneira de reagir ao meio familiar e social habitual, se revelou arbitrário, pois ele não levava em conta o fato de que o comportamento narrado poderia ser uma elaboração de condutas imaginárias, Bellak também foi o primeiro a lembrar dos princípios da teoria psicanalítica, na qual essa metodologia devia inspirar-se e da qual, no entanto, se tinha afastado. Suas críticas atentavam para a não-consideração dos mecanismos de defesa inconscientes, que, de acordo com a teoria psicanalítica, imporiam resistência ao sujeito na tarefa. Posteriormente, Shentoub (1990) questionou-se sobre essa suposta autonomia do ego, em detrimento das representações e dos afetos inconscientes. *“Para isso, elaborou a hipótese de que a interdependência entre os sistemas e os conflitos do ego se manifesta por meio da organização defensiva do ego, que precede a construção da história”* (Costa-Fernandez, 1993, p. 374). Dessa forma, propôs um método de interpretação das histórias do TAT, analisando as estruturas do discurso, baseado na teoria psicanalítica. Esse método considerava ser possível a identificação dos mecanismos de defesas subjacentes à organização psíquica do sujeito, por meio da interpretação da forma e do conteúdo das histórias. Ao contrário do modelo proposto por Murray, o qual avaliava fatores isolados, tais como as necessidades ou os estados interiores do indivíduo, Shentoub buscava uma unidade estrutural da personalidade, que permitiria um diagnóstico diferencial. *“Construir uma história frente a uma lâmina do TAT passa, dessa forma, a ser considerado um ato de organização, antes de ser um ato de imaginação. Compreender essa organização implica testar a autonomia relativa do ego, sua função de síntese e de integração. A interpretação parte da análise das características formais das histórias. Nessa abordagem, o conteúdo das histórias passa a ser interpretado num segundo momento e em relação aos conflitos defensivos do sujeito, suas identificações e sua*

relações objetais” (Costa-Fernandez, 1993, p. 375).

6.5. Validade e confiabilidade

Um dos pontos principais deste trabalho refere-se ao fato de que os métodos utilizados pelas ciências experimentais são muito mais pertinentes aos testes psicométricos do que aos testes projetivos, uma vez que os critérios de validade e de confiabilidade – na forma que é dada para os testes de inteligência – são de aplicabilidade duvidosa para os métodos projetivos (Frank, 1939). Apesar disso, os usuários do TAT têm conseguido responder às duas questões principais que decidem o valor de um teste: a) estabelecer em que medida o teste fornece informações corretas acerca dos sujeitos (problema da validade); b) precisar em que medida podem coincidir as interpretações de dois ou mais aplicadores sobre uma mesma prova, bem como os materiais de duas provas de datas diferentes de um mesmo sujeito (problema da confiabilidade).

Validade

Uma vez que a finalidade do TAT é revelar conteúdos emocionais por trás da conduta manifesta, o problema de sua validade é bastante complexo. Tomkins (1947) assinala as seguintes formas possíveis de validação: a) verificação das informações com outros materiais (história passada, sonhos) do mesmo sujeito, a fim de estabelecer de que forma se refletem nas histórias do TAT; b) verificação das informações com as obtidas mediante outras técnicas já validadas (ex: Rorschach, psicanálise, estudo intensivo de caso); c) verificação de como o TAT mostra, com fidelidade, características bem conhecidas de um grupo de indivíduos. Nesta, pode-se proceder por meio de uma dessas formas: “às cegas” (o investigador interpreta a prova sem conhecer as características dos sujeitos e compara os resultados com outros previamente estabelecidos) ou contrastando as interpretações com o conhecimento ulterior das características dos examinados; d) verificação do êxito do TAT na investigação e no prognóstico; e) verificação de sua inter-relação com outras informações e outras técnicas. A seguir, serão comentadas cada uma delas.

a) contraste entre o TAT e outros materiais; autobiografia e história – Murray

(1964) comprovou que o material fornecido pelo sujeito em suas histórias procede de quatro grandes fontes: livros e filmes; sucessos reais da vida de seus amigos ou membros de sua família; experiências da própria vida do sujeito; fantasias conscientes e inconscientes do sujeito. Em seus estudos sobre a relação entre três pranchas do TAT (1, 6VH e 7VH) e a história passada (autobiografia e entrevista) de 40 sujeitos, Markmann verificou que, em algumas produções, a história de vida do sujeito refletia-se com maior fidelidade do que em outras. Desse modo, aqueles que, na prancha 1, manifestavam agressão a seus pais ou ao violino, haviam sido, na verdade, agressivos em sua infância e eram menos válidas as histórias em que essa mesma prancha apresentavam um benfeitor da criança. Combs encontrou que aproximadamente 30% das histórias do TAT se baseavam em situações ocorridas na experiência pessoal do sujeito (tal como figurava nas autobiografias) e, por certos feitos (maior transferência da experiência na lâmina 2, menor na 11), concluiu, coincidindo com Symonds, que os melhores resultados se dão nas pranchas com cujos personagens o sujeito pode identificar-se mais facilmente em termos de idade, de estado mental e de semelhança geral.

b) Comparação do TAT com outras técnicas – Em uma comparação entre os resultados do TAT e os de Rorschach, Harrison, assim como Henry, encontrou uma substancial coincidência. Tomkins (1947) chegou a conclusões parecidas, com exceção de uma discrepância entre a produtividade imaginativa no TAT e as respostas de movimento no Rorschach (certos indivíduos, que proporcionaram poucas respostas de movimento no Rorschach, apresentavam rica vida interior e vice-versa). Em comparação com a psicanálise, as análises profundas do TAT foram validadas por comparação com observações psicanalíticas (Massermann e Balken). Murray (1964) comprovaram em um paciente que suas histórias revelaram todas as principais tendências descobertas por 5 meses de análise.

c) Comparação dos resultados com grupos de diferenças conhecidas – Mediante análise de histórias, Harrison (1961, *apud* Bernstein, 1964, p. 19) fez uma descrição minuciosa dos traços característicos, feitos biográficos, atitudes, nível de inteligência, problemas e conflitos pessoais de cada um dos sujeitos de um grupo de 40 pacientes do Hospital do Estado de Worcester. A comparação efetuada por assistentes entre esses itens e os dados do registro do hospital mostraram que 85,2% das inferências haviam sido corretas, a correlação foi de 0.78 e as inferências relativas ao diagnóstico foram corretas em 75%. Na análise às cegas, o percentual de inferências corretas caiu para 74%.

d e e) Êxito de exploração e inter-relação com outras informações – os

diagnósticos da personalidade baseados no teste foram validados por diversos estudos de casos. Segundo Tomkins (1947), o estudo intensivo de caso e o TAT são complementares: o primeiro denuncia, em geral, materiais que não se encontram no TAT, e este fornece dados não determináveis pelo estudo de caso. Após uma exploração intensiva de 75 horas de entrevistas, testes e técnicas experimentais, esse autor comprovou a veracidade das informações fornecidas pelo TAT.

Confiabilidade ou Precisão

Quanto à confiabilidade do TAT, os principais problemas são: a) em que medida concordam diversos examinadores em suas interpretações dos mesmos protocolos (confiabilidade do intérprete); b) em que medida concordam os protocolos coletados de formas sucessivas do mesmo sujeito (confiabilidade da repetição).

Confiabilidade do avaliador

Segundo Bernstein (1964), a coincidência entre os intérpretes depende do tipo de material que se analisa, do treinamento e da capacidade do intérprete, e do marco de referência conceitual que cada um deles utiliza para análise e para interpretação. Os coeficientes de confiabilidade encontrados em diversas investigações variam amplamente entre + 0.30 e + 0.96. Tomkins (1947) observa que quando a investigação se dá entre avaliadores que operam com fundamentos e sistemas equivalentes, a correlação negativa desaparece, e a positiva aumenta com a prática, em grande medida. Segundo ele, na Clínica Psicológica de Harvard, a confiabilidade das interpretações realizadas chegou a + 0,95.

Confiabilidade do reteste

Se o indivíduo passa por rápidas mudanças ou se a prova se repete após um longo período de tempo, a discrepância tende a ser maior, uma vez que o grau de confiabilidade dependerá, naturalmente, do grau de estabilidade da personalidade e do período de tempo entre uma e outra prova. No primeiro caso, como a confiabilidade depende da estabilidade da personalidade, a infância e a adolescência, períodos de maior plasticidade, correspondem à mais baixa confiabilidade de reteste. Sanford encontrou uma

confiabilidade de reteste de + 0.46 nas necessidades expressadas por crianças e adolescentes, em intervalos anuais, em um período de 3 anos. Com relação ao tempo, as investigações têm comprovado que quanto maior o intervalo entre as administrações sucessivas, menor a confiabilidade na repetição do TAT. Tomkins (1947) adverte que se trata de uma tendência coletiva geral, a não ser no caso de extrema estabilidade da personalidade do sujeito.

6.6. Principais elementos de uma história no TAT

Serão introduzidos agora os principais elementos que o examinador busca em uma história do TAT, a fim de que possa ser discutido como eles influenciam na interpretação do teste e, mais adiante, como esta se articula tanto com os pressupostos teóricos quanto com a teoria simbólica.

Ainda que Murray tenha baseado seu método de análise em um sistema conceitual próprio de personalidade, e que muitos dos sistemas conceituais posteriores, como os de Stein, de Bellak e de Tomkins, tenham seguido, em geral, os preceitos de Murray, muitos dos trabalhos clínicos de orientações diversas e necessidades de aplicações distintas, influenciadas por novas possibilidades teóricas, como as da Antropologia Cultural e as da Psicologia Social, mostraram que a análise e a interpretação do TAT podem dar-se à luz de muitos enfoques.

Nos critérios da “need-press-theory”, do método original de Murray (1964), o primeiro passo, na análise de uma história, é a identificação do herói, que é o personagem com quem se identifica o sujeito. Em geral, ele é, também, o mais parecido com o sujeito, não só quanto às características externas, mas também no que se refere a sentimentos, motivos, dificuldades e emoções. As características demográficas (sexo, idade, etc.) e físicas (aparência, etc.) do herói sugerem aspectos da imagem – real ou ideal – que o sujeito tem de si mesmo. Outros personagens podem representar identificações múltiplas do sujeito. As relações que se estabelecem entre o herói e os demais personagens podem refletir atitudes conscientes ou inconscientes do sujeito frente aos mesmos, bem como podem revelar os papéis que esses desempenham (de frustração, de estimulação, etc.). Quando não são introduzidas relações interpessoais, pode-se levantar a hipótese de pobreza, quanto à sociabilidade e às relações objetais.

Tendo identificado o personagem principal e as principais características do

mesmo com o sujeito, a próxima etapa consiste em delimitar outros aspectos do herói, com o objetivo de relacioná-los com a personalidade do examinando. Desse modo, pode-se verificar: a) “traços e tendências”, por meio de características como superioridade (capacidade, prestígio, poder), inferioridade (incapacidade, desprestígio, debilidade), extroversão e introversão; b) atitudes frente à autoridade, por meio de características como domínio/submissão, dependência/independência, medo/agressão, gratidão/ingratidão, orgulho/humildade, etc.

O próximo passo é a análise das necessidades, dos estados interiores, dos conflitos, das pressões ambientais e do desfecho da história. Murray (1964) listou 28 **necessidades** (ou tendências), que poderiam ser expressos como impulsos, desejos, intenções ou como traços de conduta, manifestos nas histórias. Elas seriam identificadas por meio de ações do herói em relação a objetos, situações, pessoas ou ações de pessoas. Os **estados interiores** do herói são identificados por diversas formas, tais como por seus sentimentos e por suas emoções, a direção e a forma que adotam, as circunstâncias que os provocam e seus resultados. Os **conflitos** podem ser representados tanto pela oposição entre as necessidades ou entre os estados interiores do herói quanto pela oposição entre características dos personagens da história, que, nesse caso, podem refletir as tensões entre os diferentes aspectos da personalidade do indivíduo.

Quanto ao **ambiente**, é necessária a identificação do modo como o sujeito se relaciona com seu entorno e a que tipo de pressões está submetido. Deve-se observar se o ambiente favorece ou inibe o desenvolvimento do herói e, nesse último caso, até que ponto os obstáculos são objetivos ou subjetivos (pertencentes à esfera psíquica). Murray (1964) relacionou algumas das principais pressões, reais ou fantasiadas, que o sujeito recebe, e que representariam as necessidades das pessoas com as quais ele se relaciona: aquisição, afiliação, agressão, conhecimento, deferência, conformismo, respeito, domínio, exemplo, exposição, proteção, rejeição, retenção, sexo, socorro, carência, perigo físico, ataque físico.

No que se refere ao **desenlace**, deve-se observar como as histórias são concluídas e as principais características do desfecho. Essa parte mostrará de que modo as dificuldades e os conflitos são resolvidos, se há algum tipo de insight, se há elementos irrealis ou dissociativos, etc. Considerado em conjunto com os elementos anteriores, o desenlace pode fornecer ao psicólogo informações necessárias para a realização do diagnóstico do paciente, bem como para a indicação do tipo de acompanhamento terapêutico.

6.7. Possibilidades interpretativas do TAT

De acordo com Shentoub (1990), Bellak foi um dos primeiros a observar que, apesar de as técnicas projetivas terem sido inspiradas pela psicanálise, *“tinham sido totalmente incompreendidas pelos psicólogos que tinham ‘triunfalmente reduzido uma e outras ao absurdo, num grande número de teses de doutoramento’*” (Shentoub, 1990, p. 28). Tal absurdo referia-se à crença de que se poderia analisar apenas os conteúdos manifestos da narrativa e considerá-los como a própria vivência dos sujeitos, desconsiderando os processos que regem os sistemas conscientes e inconscientes, bem como suas relações mútuas. Após Bellak, houve diversos autores que contribuíram para a evolução interpretativa do TAT, mas nenhum deles contestou, de fato, nem a terminologia nem a metodologia do criador do teste. Em 1958, Schaffer deu mais ênfase às modalidades do discurso do que ao conteúdo, a fim de diferenciar os indivíduos. Holt (1961) introduziu a discussão sobre *“a diferença que existe entre a fantasia espontânea, como a rêverie, e a história dada ao TAT, produzida sob solicitação de outrém e a partir de um material concreto”* (Shentoub, 1990, p. 29).

Criada pela Ego Psychology, de Hartmann, o conceito de autonomia do ego, no qual este teria uma função específica de regredir a seu próprio serviço, seria de importância fundamental tanto para Bellak quanto para Schaffer, a fim de explicar o processo de construção das histórias. *“Quando pedimos a um sujeito para imaginar, pedimos-lhe uma espécie de deixar-ir que nos leva logo a pensar numa regressão controlada pelo Ego. Quando não controlada pelo Ego, esta regressão daria lugar ou às associações livres, ou ao delírio, ou a um acting, mas não a uma história coerente, transmissível ao outro”* (Shentoub, 1990, p. 30).

Também de inspiração psicanalítica, os trabalhos de Vica Shentoub começaram em 1954, numa perspectiva oposta à de Murray. Inicialmente, a autora centrou sua atenção sobre a forma dos relatos e sobre as diversas modalidades do discurso. Mais tarde, decidiu pela necessidade de interpretações que consideravam não apenas elementos dispersos da teoria freudiana, mas a psicanálise como um todo, levando em conta a primeira e a segunda tópica, bem como os pontos de vistas dinâmico, econômico e tópico. Desse modo, além de algumas variações na aplicação, como a quantidade de cartões, a instrução e o inquérito, a análise do material baseia-se em outro tipo de construção teórica. Nesta, os principais conceitos são: a identidade e a identificação, que levam a questões referentes à estabilidade identitária, à diferenciação de personagens, às identificações, às

referências sexuais; a relação de objeto, que remete a modalidades de afetos e de representações de relações, além da ligação dos movimentos libidinais e agressivos. Em seguida, deve-se estabelecer a codificação dos procedimentos de elaboração do discurso, no qual é possível a identificação dos principais mecanismos de defesa do indivíduo. Na terceira etapa, realiza-se uma análise quantitativa, na qual se pondera a importância dos elementos suscitados na etapa anterior, e qualitativa, na qual a organização defensiva é identificada por meio da variedade dos procedimentos do discurso. Por fim, levantam-se as hipóteses relativas à organização psíquica e às diversas modalidades de funcionamento de que o sujeito dispõe.

6.8. Formação do examinador

Um leigo possuidor de sutis intuições e com a sorte de um iniciante, sem experiência alguma em testes, pode frequentemente tirar inferências legítimas e importantes, ao penetrar no espaço mental do autor de um conjunto de histórias do TAT. E mesmo uma pessoa tarimbada pode adotar esse mesmo processo – intuição empática antes de mais nada e, em segundo lugar, desembaraçar-se o mais possível de questões pessoais. Nenhum cientista de verdade irá desprezar o uso de uma função que, adequadamente disciplinada, é capaz de proporcionar informações pertinentes. Evidentemente, a intuição por si só não é nem um pouco confiável. O que se exige é uma *intuição crítica* rigorosamente formada.

Além de certa conhecimento para a tarefa, a pessoa que interpreta o TAT deve ter um lastro fundamentado na experiência clínica obtida por meio da observação, de entrevista e de aplicação de testes com todo os tipos de pacientes. Se quiser penetrar bem mais fundo, convém que tenha conhecimentos de psicanálise e certa prática em traduzir o imaginário dos sonhos e da linguagem corrente para os componentes psicológicos básicos. Além do mais, deve ter tido meses de treino no uso deste teste específico, *muita prática em analisar histórias, o que permite confrontar conclusões com os fatos conhecidos das personalidades estudadas pormenorizadamente*. Interpretações “*in vácuo*” causam, via de regra, mais dano do que lucro, já que a aparente plausibilidade de interpretações inteligentes cria convicções que simplesmente servem para confirmar ao examinador os erros de seu método. As histórias do TAT oferecem ilimitadas oportunidades para a projeção de complexos ou das teorias preferidas de uma pessoa, e o

psicanalista amador que desprezar fatos incontestáveis estará apenas agindo como um tolo se, ao interpretar o TAT, der rédea solta à sua imaginação. O futuro do TAT depende da possibilidade do aperfeiçoamento do examinador (instrumento esquecido da Psicologia) mais do que do aperfeiçoamento do material (Souza & Werneck, 1995).

7. RESULTADOS

Neste capítulo, será apresentado de que modo a teoria simbólica, de Susanne K. Langer, articula-se com o teste de Rorschach e com o TAT. Posteriormente, serão identificados quais elementos simbólicos perpassam suas teorias, suas aplicações, bem como suas respectivas interpretações. Desse modo, pretende-se abrir uma nova possibilidade para fundamentar filosoficamente os testes projetivos.

7.1. Rorschach

7.1.1. Histórico

É possível identificar, implicitamente, referências de elementos simbólicos já nos próprios trabalhos que inspiraram a criação do Rorschach. Tanto Leonardo da Vinci quanto Justius Kerner e Szymon Hens utilizaram manchas de tinta, a fim de explorar funções da psique humana (Nascimento, 2010). Mesmo não tendo pressupostos teóricos, sabiam, na prática, que poderia haver alguma conexão entre formas (as manchas, nesse caso) e conteúdos mentais. Na teoria de Langer, isso vai ao encontro da descrição da etapa de passagem da função sígnica à simbólica, no sentido de que a mente humana tende a expressar conceitos, mesmo em formas cujo significado é ambíguo.

Sendo um estudioso da área, Hermann Rorschach (1979) tinha uma ideia mais sólida de tais conexões, quando criou seu teste. Para fundamentar por que a interpretação de formas fortuitas era uma função da percepção, ele menciona Bleuler, que acreditava que as percepções se originavam nas sensações; elas ligar-se-iam, portanto, por um processo de associação. Se, por um lado, nem os precursores do teste nem Bleuler nem Rorschach fundamentaram como seria possível que as percepções pudessem revelar aspectos da personalidade, apesar de suas experiências apontarem para essa direção, por outro, o princípio geral proposto por Langer, segundo o qual o processo fundamental da mente é a necessidade de simbolização, fornece a base sobre a qual tal explicação pode desenvolver-se, à medida que, desse modo, surge a possibilidade de relacionar os processos de sensação, de evocação e de associação, propostos por Bleuler, com a

apreensão da psique individual.

Tentando dar explicações menos “mecanicistas”, Gardner Murphy, Werner, Lewin e Roy Schafer foram mais além em suas teorias. O primeiro, ao notar que as percepções se correlacionam positivamente com a atenção seletiva, coloca como central a noção de “indivíduo”. O conceito de “atenção” também está muito presente na teoria simbólica de Langer, já que tanto no surgimento ritualístico inicial das culturas quanto nas expressões artísticas, a forma não-discursiva e a forma significativa só são possíveis, porque selecionadas por uma mente que necessitava simbolizá-las e, portanto, estava atenta a elas.

Werner e Lewin, ao formular uma teoria que descreve os níveis perceptivos, observaram de que modo tal processo evolui (Holt, 1954). A ideia de que, inicialmente, existe uma fase indiferenciada de unidade global, que passa por uma diferenciação desorganizada e, em seguida, se organiza em subpartes, é análoga à descrição das etapas do processo simbólico, no qual o signo de uma função autoexpressiva inicialmente, torna-se, com o tempo, uma forma exterior mais aceitável e, portanto, simbólica.

Ao introduzir conceitos psicanalíticos, Roy Schafer contribuiu tanto para a introdução de novas maneiras de administração do teste quanto para uma nova forma de interpretação de seus conteúdos. As relações da psicanálise com o simbolismo são tantas que explicá-las mereceria uma dissertação à parte. Em sua extensa obra, Freud tratou desde temas relativos ao totemismo, passando pela religião, pelo sonho, até a arte. No que se refere às contribuições para o Rorschach, especificamente, pode-se mencionar que a consideração de que possíveis mecanismos inconscientes influenciem o teste altera tanto sua condução quanto as hipóteses preliminares aos seus resultados. Esse assunto será abordado, com detalhes, mais adiante.

Com a criação do termo “perceptanalysis”, Piotrowski (1974) abordou a questão dos significados relacionados aos estímulos visuais ambíguos (perceptos) e buscou aprimorar as relações lógicas entre os conceitos e os traços básicos da personalidade. A questão do significado é a que mais realça as diferenças epistemológicas entre os testes psicométricos e os projetivos pelo fato de que é, justamente, na dimensão simbólica, que se encontra a principal diferença entre o mundo físico e o humano. As relações lógicas dos conceitos utilizados por Rorschach, por sua vez, podem ser complementadas, tendo como base as relações lógicas dos signos e dos símbolos que, conseqüentemente, podem ser utilizadas para fundamentar características da personalidade, à medida que a seleção de certos tipos de significados corresponderiam a determinados aspectos estruturais

individuais.

Após o declínio na década de 1970, na qual o questionamento com relação à validade dos testes projetivos levou à ascensão dos testes “objetivos”, surgiu o Sistema Compreensivo, de Exner, que, justamente, pretendia dar maior validade e maior confiabilidade ao Rorschach, por meio de minuciosas pesquisas quantitativas. Apesar de ter dado, de fato, maior credibilidade à avaliação da personalidade e ao diagnóstico do teste, no que se refere aos elementos simbólicos, não foram encontradas tantas relações a esses quanto em trabalhos que precederam o de Exner. O motivo é porque esse autor se preocupou em utilizar mais dados quantitativos, cuja análise se associa às metodologias das ciências físicas e experimentais, do que qualitativos, cuja interpretação dos significados se relacionam com o mundo humano, do qual o simbolismo é a concepção central.

A conclusão da análise sobre como os elementos da teoria simbólica de Langer apareceram, historicamente, no Rorschach, é que tanto os estudos quanto a fundamentação teórica do teste estavam indo em certa direção, mas, após a década de 1970, foram para outra. Observa-se que, desde antes da criação do exame, os elementos simbólicos já estavam não só presentes, mas também sendo utilizados para o conhecimento do psiquismo, mesmo sem uma teoria que embasasse tal prática. Os estudos que foram sendo realizados, conforme se verificava a eficácia da técnica, procuravam sempre levar em conta a relação entre as formas das manchas e os aspectos estruturais da personalidade. A mudança de rumo deu-se, justamente, após o surgimento das críticas quanto à validade e à confiabilidade do teste, o que levou Exner a realizar um trabalho mais alinhado à epistemologia das ciências físicas. Se, por um lado, houve uma grande contribuição no sentido de confirmar o Rorschach como uma técnica cientificamente válida, por outro, a não-consideração dos elementos que não podem ser mensurados, ou, pelo menos, de boa parte deles, gera dois efeitos imediatos: a) a tendência de exclusão gradativa da relação entre as formas, o psiquismo e os significados, a qual serviu de inspiração inicial para a criação de inúmeros testes projetivos; b) o possível comprometimento da evolução das próprias possibilidades interpretativas e diagnósticas do teste, à medida que os elementos simbólicos deixam de ser motivos para busca de uma fundamentação, já que esta estaria consolidada sob uma ‘ideia gerativa’ predominante (a epistemologia das ciências experimentais).

7.1.2. Exame

Das quatro fases do exame, a primeira parte da “administração” é a que mais se assemelha aos métodos e aos procedimentos adotados em um experimento científico, dentro dos critérios epistemológicos mais aceitos atualmente. Desse modo, ao se buscar uma padronização na forma de aplicação, no preparo da sala e dos materiais, nas instruções, etc., a principal ideia é controlar as condições do exame, para que essas não exerçam efeitos que influenciem, indesejavelmente, seus resultados.

Satisfeitas tais condições, inicia-se a entrega das lâminas e, em seguida, a tarefa de classificação pelo sujeito. Nesta, o número de respostas correlaciona-se com a quantidade de processos mentais do indivíduo, ao entrar em contato com os estímulos visuais. Utilizando a ideia de Langer de que o mundo dos sentidos não é um mundo de coisas, mas sim de formas predominantes, somado ao fato de que significados são extraídos por compreensão de uma Gestalt, é possível embasar o que Rorschach já tinha inferido na prática: que a interpretação das formas fortuitas é uma função da percepção e das ideias, não da imaginação.

É conveniente notar a ocorrência de censura de determinados tipos de respostas, à medida que muitos examinandos tendem a dar respostas mais socialmente aceitas. Exner (1993, p. 42) notou que resultados de alguns estudos “*parecem indicar que sujeitos que se sentem emocionalmente ou intelectualmente mais próximos de seus examinadores revelam mais e escondem menos*”. Apesar de que “*estudos desse tipo são inconclusivos no que se refere às operações de censura*” (Exner, 1993, p.43), a abordagem psicanalítica pode fazer, por meio de associações com elementos simbólicos do psiquismo, interpretações que não apareceriam no psicograma, de outra maneira.

Assim como na primeira parte da fase de administração, a primeira parte da fase do inquérito, na qual o examinador classifica as respostas do sujeito, também não apresenta elementos relacionados ao simbolismo, por ser mais padronizada, com perguntas mais neutras e rotineiras, mais estruturada e não-diretiva. Na parte referente à identificação das características do estímulo que determinaram os perceptos, a teoria simbólica pode ser aplicada até com maior especificidade do que na fase anterior, uma vez que se pode tanto verificar em que medida as respostas dadas estão adequadas à população de referência (população normal), quanto analisar os significados dos conteúdos percebidos.

Apesar de ser opcional, a fase denominada “período de analogia” apresenta

grandes possibilidades para o surgimento de elementos simbólicos, pois, ao fornecer mais detalhes em relação aos determinantes, é provável que o sujeito dê novas justificativas, o que permitirá que o examinador arguto faça inferências que, anteriormente, não eram possíveis.

A última fase, o “teste de limites”, também opcional, é a única que não se relaciona com a teoria de Langer, uma vez que, por ser realizada em casos específicos, é altamente estruturada para o sujeito, além de ser utilizada apenas para esclarecer fatores relativos à atribuição de escore do teste.

7.1.3. Classificação dos elementos do teste

Na classificação dos elementos de seu teste, Rorschach acreditava que o conteúdo do material não tinha muita importância; priorizou, por isso, os elementos formais, que, para ele, determinavam a concepção e, conseqüentemente, a percepção das manchas. Já discutimos, anteriormente, o fato de que, segundo Langer (1989), o mundo dos sentidos (da percepção) é um mundo de formas predominantes (da concepção); mas, ao classificar os elementos do teste, o examinador depara-se com um outro fator: a questão do significado que o sujeito dá à determinada forma. Para que isso seja possível, precisamos retomar o conceito de “forma significativa”, elemento mais importante na arte.

O surgimento da forma simbólica artística precisa ser antecedido por símbolos representativos, que articulam formas lógicas a significados captados pela mente. As pranchas do Rorschach não são obras de arte e, portanto, não possuem “forma significativa”; entretanto, para que significados possam ser extraídos delas, precisam conter símbolos representativos. Mesmo que os significados em si não influenciem tanto no resultado do exame, o conceito de Langer é importante porque justifica, teórica e filosoficamente, como é possível: a) que significados sejam extraídos de estímulos não-estruturados; b) realizar diagnósticos diferenciais, quando há grande desvio da população normal (uma vez que sujeitos desse tipo tenderão a ver significados muito particulares nas manchas).

Por ser determinado tanto pela seletividade quanto pela atenção, o modo de apreensão das imagens deve estar relacionado com características individuais. Tal fato está implícito no teste, à medida que a quantidade de respostas globais ou de detalhe tem influência decisiva nos resultados do psicograma. Rorschach citava Bleuler, para

justificar o processo de associação entre os engramas (imagens do mundo interior) e as percepções evocadas pelo teste, mas a teoria simbólica pode acrescentar novos elementos a essa explicação. Segundo Langer, a experiência subjetiva de uma imagem torna-se objeto de propriedade da mente. Possuindo caráter profundamente “simbólico”, esta abstrai conceitos de tais imagens e, ao combiná-las, é capaz de formular histórias e fantasias. Desse modo, pode-se compreender como as manchas estimulam diferentemente os indivíduos e, analogamente, como estes as selecionam.

No inquérito de determinantes, observa-se a importância de perguntar ao sujeito o que exatamente determinou a resposta dada. A observação de Cunha (1993) de que o examinador deve estar atento para não fazer nenhum tipo de pressuposição sobre os determinantes, sem a admissão do sujeito, ainda que certo tipo de resposta seja comum na maioria das pessoas, suscita a questão dos significados na interpretação individual, discutida no parágrafo anterior, em comparação com uma população “normal”. Esta refere-se a um conjunto de significados possíveis, identificados por meio de dados estatísticos, em determinada população. Se significados dependessem exclusivamente de engramas, de percepções e de idiosincrasias individuais, a “normalidade” seria impossível. Nesse sentido, a concepção de Langer de que a mente capta significados abstraídos de formas lógicas de símbolos representativos ajuda a compreender por que o Rorschach pode ser aplicado em diferentes culturas e por que algumas respostas são mais frequentes (“normais”) que outras. É a existência de tais formas e de tais símbolos que permite que se alcance formas fixas, que podem, posteriormente, ser articuladas para criação de formas significativas; infere-se, portanto, que assim como diferentes pessoas extraem significados semelhantes de estímulos não-estruturados, possibilitando a execução do teste de Rorschach (ou de projetivos similares), elas também podem compreender a concepção de formas significativas, tornando possível o surgimento da arte.

7.1.4. Interpretação

Inicialmente, o método interpretativo sugerido por Rorschach consistia em associar os resultados dos fatores do inquérito com características da personalidade do examinando, o que geraria uma possibilidade muito grande de resultados. Por esse motivo, para determinar de que modo cada um dos fatores estaria correlacionado com determinado traço do sujeito, seria necessário um estudo mais detalhado e específico de

cada uma dessas correlações.

De um modo geral, é possível notar que os determinantes são análogos a certas características analisadas, tanto em sua forma lógica quanto em seus significados. A localização dos perceptos, por exemplo, pode assumir, basicamente, uma resposta global (G) ou de detalhe (D). No primeiro caso, pode-se avaliar a capacidade geral de concepção e de organização do sujeito (inteligência abstrata). No segundo, é possível levantar hipóteses sobre a capacidade de manejar problemas práticos (inteligência prática). O elevado número de respostas de ambos os tipos também permite uma interpretação combinada: quanto mais diversos e mais numerosos forem os detalhes associados às percepções gerais, maior é o ímpeto de planejar e organizar pensamentos e ações para um objetivo complexo (Piotrowski, 1974). Se considerarmos que, de acordo com Langer, o mundo percebido é o mundo real constituído por abstrações que os órgãos sensoriais fornecem, e que o reino da concepção e da expressão se constitui por meio do uso dos dados sensoriais, pode-se inferir a relação lógica entre a localização dos perceptos e as capacidades relativas tanto à inteligência prática quanto à abstrata.

Além da localização, há os determinantes de respostas (características das manchas responsáveis pela formação dos perceptos), que revelam a maneira como cada indivíduo se relaciona com o mundo. Eles indicam se o sujeito reage, de modo significativo, às formas das manchas, às suas cores ou à sua possível sugestão de movimento. À medida que influenciam as respostas produzidas, esse tipo de determinante está diretamente relacionado com os significados.

As respostas determinadas pela forma (do tipo formal) são influenciadas por processos racionais, intelectuais e impessoais, além de ser as mais frequentes e as que menos refletem traços distintos de personalidade. Esse fato vai ao encontro à teoria simbólica de Langer, no sentido de que os mesmos significados podem ser abstraídos dos símbolos apresentativos, uma vez que estes possuem uma forma lógica.

As respostas determinadas pela cor estão relacionadas com estímulos externos e sociais. Piotrowski (1974, p. 224) adaptou uma definição sobre o significado das cores de um texto do yogi Bhagavan Das: *“As cores denotam emoções, o desejo de associar-se a ou dissociar-se de outras pessoas, com a intenção de continuar ou evitar a troca de prazeres e/ou desprazeres, observando-se se a atitude do outro é recíproca; caso não seja, procura-se observar quem foi o responsável pela repulsa”*. Há grande semelhança entre essa definição do significado simbólico das cores e a correlação entre a proporção de respostas cromáticas e comportamentos mais sociáveis. Além disso, se os elementos

que compõem uma obra de arte possuem significado, como acredita Langer, as cores não poderiam deixar de ter alguma correspondência com aspectos da personalidade, à medida que a mente humana é capaz de articular símbolos, ainda que inconscientemente.

As respostas de movimento (M) correspondem tanto aos recursos internos do indivíduo quanto à capacidade do uso da imaginação, da criatividade e da fantasia. Tal como descrito, é difícil compreender por que uma sensação de movimento percebida em um estímulo pode estar associada à vida interior; mas, se considerarmos que o próprio Rorschach aceitou a ideia de que as respostas de movimento despertariam materiais inconscientes (Piotrowski, 1974), é possível inferir que determinadas formas suscitam, na mente, a necessidade de simbolização. Impossibilitadas de encontrar uma concepção externa, a mente humana tentaria articular tais formas, em busca de uma significação. Desse modo, as respostas de movimento tendem a aparecer com a mesma proporção que a capacidade imaginativa do sujeito.

7.2. TAT

7.2.1. Histórico

O Teste de Apercepção Temática (TAT) surgiu em um contexto histórico bastante promissor, na medida em que tanto o referencial teórico psicanalítico quanto a repercussão favorável do teste de Rorschach forneceram as bases para o desenvolvimento de suas pesquisas. Inicialmente um método para investigação de fantasias, o TAT gerou muitos estudos relativos a aspectos psicológicos específicos, levando a diversas modificações e adaptações da prova, até que o teste alcançasse sua forma final.

Assim como Rorschach, Murray não tinha uma fundamentação teórica de seu teste nem sabia por que a produção de resultados era possível; atribuiu, por isso, o processo da criação de histórias às seguintes tendências psicológicas: a) interpretação de situação humana ambígua baseada em experiências passadas e em anseios presentes; b) expressão de sentimentos e de necessidade conscientes ou inconscientes. Observa-se que, em ambas tendências, está implícito o conceito de “projeção”, uma vez que se presume que

características da personalidade do examinando serão reveladas na história.

No capítulo anterior, comentamos que as formas percebidas, no Teste de Rorschach, se devem às concepções inferidas por uma mente cuja função principal é a necessidade de simbolização. Esse conceito também pode ser utilizado para o TAT, mas a diferença é que se, no Rorschach, os aspectos mais importantes são os formais, no TAT, privilegia-se o conteúdo, ou o significado. Desse modo, com base na teoria simbólica, as tendências psicológicas citadas por Murray estão corretas, pois o significado das histórias só são possíveis, à medida que já existam concepções sobre ele.

Além de Murray (1959), Rapaport (1946) teorizou que os relatos do TAT, por serem compostos de ideias, estão sujeitos à organização da memória, que, por sua vez, é governada por uma dinâmica emocional. Nesse caso, as ideias são relativas às concepções mentais, de modo que parece razoável dizer que estas são organizadas pela memória e suscitadas na presença de estímulo pertinente. Acreditamos que a predominância da dinâmica emocional, mencionada por Rapaport, não se dá em oposição a uma dinâmica racional, mas sim, como dizia Murray, em função da expressão de sentimentos e de necessidades do indivíduo. Nesse sentido, o TAT permite fazer inferências sobre o funcionamento psíquico do sujeito, pois o relato das histórias é o modo que a mente tem de fornecer versões simbólicas de suas experiências, que podem não estar, ainda, totalmente articuladas.

Essa mesma ideia pode ser aplicada à “existência de partes profundas”, de que falava John E. Bell (1948). Ao expandir o conceito de “projeção” a diversas áreas do conhecimento, esse autor acreditava que era possível validar, desse modo, as descobertas dos aspectos da personalidade revelados pelas técnicas projetivas. Tradicionalmente, recorre-se aos conceitos psicanalíticos para justificar a tomada de consciência desses tipos de aspectos, mas a ideia de Langer de que certas experiências podem fazer parte do mundo subjetivo de um indivíduo, sem que estejam articuladas discursivamente, fornece uma explicação alternativa sobre como as mencionadas “partes profundas” podem ser reveladas.

Em oposição a Bell, Bellak (1950) observou que o mecanismo da projeção (no sentido psicanalítico) era responsável apenas por uma parte das produções das histórias do TAT. Por esse motivo, preferiu o uso do termo “apercepção”, que englobaria também as percepções conscientes e as influenciadas por desejos pessoais. Além disso, acreditava que todas as produções psicológicas, eliciadas como respostas a um estímulo, tinham uma causa dinâmica e um significado (“determinismo psicológico”).

Ao notar a insuficiência dos conceitos, dada a abrangência de situações passíveis de serem manifestadas pelo TAT, Bellak tentou criar novos termos que dessem conta de descrever e de explicar os fenômenos que observava na prática. A teoria simbólica de Langer descreve precisamente as relações lógicas entre os símbolos e como eles, desde a percepção inicial pelo indivíduo, já sugerem significados. Nesse sentido, as concepções de Langer podem fundamentar tanto o conceito de “apercepção” quanto o de “determinismo psicológico”, já que o primeiro seria composto de símbolos, e o segundo, de funções dos respectivos significados.

Vica Shentoub (1990) expandiu o uso da teoria psicanalítica no TAT, ao propor um método de análise das estruturas do discurso, atentando-se tanto para a forma quanto para o conteúdo das histórias. Com isso, buscava uma unidade estrutural da personalidade, pois pressupunha que os relatos eram um ato de organização do psiquismo. No Rorschach, a maior parte da discussão deu-se em torno do aspecto formal, uma vez que este tem maior influência sobre os resultados do exame. No TAT, ao contrário, o conteúdo sempre foi considerado mais importante, à medida que se relaciona diretamente com a interpretação das histórias. No modelo proposto por Shentoub, a análise concentra-se novamente na forma, mas com um enfoque diferente. Se, no Rorschach, as formas eram predominantemente relativas aos símbolos e aos seus respectivos significados, no TAT, elas estão ligadas à estrutura discursiva, compreendendo, portanto, à “forma do conteúdo”. Tal ideia é análoga a de Langer (1989), que dizia que a própria estrutura dos elementos do discurso é fonte adicional de significância. Nesse sentido, a “forma do discurso”, uma vez conceituada, também é um símbolo, presente na constituição psíquica do indivíduo e, por isso, pode ser identificada.

7.2.2. Elementos de uma história

Segundo o método original de Murray, o elemento principal, na análise de uma história, é o herói, personagem com quem o sujeito se identifica. De acordo com a teoria simbólica, a possibilidade de que o herói represente, de fato, o narrador é confirmada tanto pela existência de representação conceitual quanto pela necessidade da mente de simbolizar aquilo que deseja expressar. Quanto à identificação com o personagem, podemos lembrar que a própria história de um povo e, portanto, a possibilidade de expressão simbólica, remete aos mitos. A amalgama de valores presentes nesse tipo de

personagem constitui, conseqüentemente, os ideais de uma cultura condensadas em um herói, o qual o indivíduo deseja ser.

Outro aspecto a ser observado são as relações com os demais personagens da história, manifestas de maneira consciente e inconsciente, que podem revelar determinadas atitudes e sentimentos do sujeito diante certas situações. O motivo pelo qual tal análise é possível é porque ela é feita por meio de analogias e, por isso, depende de observação atenta do examinador. Quanto mais habilidade este tiver, melhor poderá captar os significados das formas simbólicas expressas pelo sujeito na história, e identificar a correspondência lógica entre as relações dos personagens e a estrutura da personalidade do examinando.

A mesma ideia pode ser aplicada, ao se analisar outros aspectos do herói como “traços e tendências” (superioridade, inferioridade, extroversão e introversão) e “atitudes frente à autoridade” (domínio/submissão; dependência/independência; medo/agressão; orgulho/humildade, etc.). O examinador deve identificar tanto a correspondência entre as ações do herói e as características do sujeito quanto os mecanismos de defesa presentes no discurso.

Murray (1964) também identificou que as necessidades, os estados interiores e os conflitos do examinando poderiam ser expressos de diferentes formas no exame. As necessidades seriam representadas pelas ações do herói em relação a objetos, a situações ou a pessoas; os estados interiores, pelos sentimentos e pelas emoções, bem como por suas conseqüências; os conflitos, pela oposição entre as necessidades ou entre os estados interiores. É importante observar que todos esses aspectos são identificados por meio de representações de uma coisa por outra, caracterizando a definição de um símbolo, e, por isso, suscetíveis a interpretações, dentro do referencial teórico de Langer.

As pressões ambientais são analisadas pela observação entre o relacionamento do sujeito e de seu entorno, o que possibilita levantar hipóteses sobre que tipo de pressões auxiliam ou impedem o desenvolvimento do herói. Neste caso, tanto as barreiras objetivas quanto as subjetivas podem ser utilizadas como símbolos das características mencionadas nos parágrafos anteriores (seus valores, seus relacionamentos, traços e atitudes pessoais, necessidades, estados interiores e conflitos). A correta interpretação desses símbolos depende da habilidade do examinador de articulá-los com outros elementos da história e, dessa forma, discernir quais pressões são reais e quais são imaginárias.

Finalmente, deve-se observar como as histórias são concluídas, pois é no desfecho que se pode perceber como o examinando resolve os conflitos apresentados na história..

Pelo fato de que a estrutura discursiva possui significância, a forma da história criada assemelha-se à estrutura da personalidade do sujeito. Combinado com os elementos anteriormente identificados, torna-se possível tanto a realização do diagnóstico quanto a indicação de um atendimento terapêutico.

7.2.3. Interpretação

Além do modelo interpretativo tradicional, proposto por Murray, também são possíveis interpretações baseadas no referencial teórico psicanalítico. Uma vez que o TAT depende substancialmente na análise do conteúdo, autores como Bellak (1950) e Schaffer (1954) notaram que poderia ser um erro considerar os conteúdos manifestos da narrativa como a própria vivência dos sujeitos. A partir desse momento, as análises centraram-se cada vez mais nas modalidades de discurso e em suas respectivas associações com os mecanismos psíquicos, conscientes ou inconscientes, que poderiam interferir na criação das histórias. Por esse motivo, os principais conceitos utilizados são aqueles referentes à construção da identidade, às identificações, às relações objetais, às modalidades de afetos, aos movimentos libidinais, etc.

Do mesmo modo que no modelo de Murray, a teoria de Langer também ajuda a fundamentar e a explicar as possibilidades interpretativas no modelo psicanalítico, à medida que, neste, as histórias têm representações simbólicas ainda maior. Além disso, conceitos como símbolo, forma apresentativa, forma discursiva e forma significativa podem ser aplicados não só na interpretação do conteúdo das histórias, mas também na análise dos próprios elementos da estrutura do discurso (“forma do conteúdo”), uma vez que esses possuem significação adicional análoga à personalidade do examinando.

Por fim, é importante observar como a teoria simbólica de Langer possibilita a fundamentação de diferentes tipos de interpretações, não ficando vinculada, portanto, a qualquer um deles. À luz dos conceitos expostos neste trabalho, pode-se afirmar que tanto a compreensão dos significados de símbolos quanto a articulação lógica desses com elementos estruturais de uma história podem ser captadas por qualquer mente humana atenta a eles. Desse modo, é possível entender, por exemplo, por que mesmo um leigo pode tirar inferências legítimas sobre o psiquismo de um indivíduo submetido ao TAT.

8. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo promover uma reflexão acerca da fundamentação teórica das técnicas projetivas. Para isso, recorreremos, primeiramente, ao histórico dos testes psicológicos, bem como ao contexto filosófico que permitiu seu surgimento. Em seguida, abordamos as diferenças epistemológicas entre os testes psicométricos e os projetivos. Devido à inconsistência na fundamentação destes, apresentamos a teoria simbólica de Susanne K. Langer, a fim de propor uma alternativa tanto na análise teórica quanto na interpretação de tais técnicas. Como exemplo de testes projetivos, foram selecionados o teste de Rorschach e o Teste de Apercepção Temática (T.A.T.), para que se buscasse em seus respectivos históricos, fundamentações teóricas, técnicas e modos de interpretação, elementos que pressupunham uma teoria simbólica, mas que não a explicitava por falta de insuficiência conceitual. Finalmente, buscou-se uma articulação entre a teoria e os elementos encontrados, para verificar em que medida o simbolismo poderia ajudar em uma fundamentação filosófica mais precisa das técnicas projetivas.

No que se refere à teoria de Langer, pôde-se apresentar diversas ideias que alteram a forma como os testes projetivos são avaliados atualmente. Em primeiro lugar, a proposta de um novo princípio geral, no qual existe a necessidade primária no homem de simbolização, que é também o processo fundamental da mente, leva à formulação de diferentes conceitos, a fim de se compreenda como os símbolos são formados e quais são os processos lógicos necessários para formulação de concepções e, conseqüentemente, de pensamentos. Nesse sentido, diferenciou-se a função signo da função símbolo, bem como as formas apresentativas das discursivas. Além disso, foram apresentadas as etapas pelas quais as transformações simbólicas evoluem em uma cultura. São elas: ritual, mito, linguagem e artes. Desse modo, compreendendo-se a ideia de que existem formas inteligíveis que não podem ser descritas pela linguagem, mas que possuem tanto estrutura lógica quanto significado, pode-se também compreender como a epistemologia que fundamenta os métodos científicos atuais é insuficiente para abranger concepções relacionadas à arte, à religião ou a outras manifestações simbólicas, como as que aparecem nas técnicas projetivas.

Utilizando o teste de Rorschach e o TAT como exemplos, buscou-se elementos tal como preconizados pela teoria de Langer. Apesar de nenhum desses testes apresentarem uma fundamentação teórica sólida e de se basearem, principalmente, em

deduções empíricas, foram encontrados diversos elementos compatíveis com uma teoria sobre o simbolismo. No Rorschach, os resultados são extraídos, principalmente, da percepção e da avaliação das formas, sendo explicados, desse modo, pela lógica dos símbolos e da relação estrutural destes com os processos de formulação conceptual da mente. No TAT, a maior ênfase está no conteúdo das histórias e na estrutura do discurso, os quais são explicados pelos modos como se formam os significados, na teoria de Langer.

À medida que novos conceitos são definidos, torna-se possível aplicá-los nos testes e avaliar como eles podem ajudar na compreensão de ideias que antes estavam pouco esclarecidas ou imprecisas. No Rorschach, por exemplo, o conceito de “forma significativa” fundamenta algo que o próprio criador do teste sabia, mas não podia explicar: formas podem ser interpretadas por meio do uso da percepção e das ideias. No TAT, abre-se a possibilidade de fundamentar a relação do significado das histórias com a estrutura da personalidade individual, prescindindo tanto do conceito de “projeção” quanto de teorias psicanalíticas.

Por fim, esperamos que o presente trabalho possa contribuir não só para definição de novos conceitos referentes às técnicas projetivas, mas também para o início de um olhar epistemológico alternativo aos atualmente utilizados nos testes psicológicos em geral.

9. REFERÊNCIAS

- Abt, L. E.; Bellak, L. (1950). *Projective psychology*. New York: Alfred a Knopf.
- Anastasi, A. (1977). *Testes Psicológicos*. São Paulo: EPU.
- Anzieu, D. (1984). *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Augras, M. (1980). *A dimensão simbólica – O simbolismo nos testes psicológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Bell, J. E. (1948). *Projective techniques*. New York: Longmans, Green.
- Bernstein, J. *Test de Apercepción Temática*. In: Murray, H. A. (1992). *Test de apercepción temática: TAT – Manual para la aplicación*. Buenos Aires: Paidós.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2003). *Resolução N ° 002/2003*. Disponível na World Wide Web: <https://atosoficiais.com.br/cfp>.
- Costa-Fernandez, E. *TAT, conforme o modelo interpretativo de Vica Shentoub*. In: Cunha, J. A. (1993). *Psicodiagnóstico-R*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cunha, J. A. (1993). *Psicodiagnóstico-R*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Exner Jr., J. E. (1993). *Rorschach: A comprehensive system*. New York: Wiley-Interscience.
- Figueiredo, L. C. M. (2000). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.
- Frank, L. K. (1939). Projective methods for the study of personality. *Journal of Psychology: Interdisciplinary and Applied*, v. 8, pp. 389-413.
- Klopfer, B.; Ainsworth, M. D.; Klopfer, W. G. & Holt, R. R. (1954). *Developments in the Rorschach technique*. New York: Harcourt, Brace & World.
- Langer, S. K. (1989). *Filosofia em nova chave*. São Paulo: Perspectiva.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1995). *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Massimi, M., Pacheco, P. R., Gontijo, S. & Pimenta, V. D. S. (2002). *Apostila da disciplina Teorias e Sistemas I – Modelos de ciência e pesquisa em Psicologia: confronto entre diversas perspectivas*. Ribeirão Preto.
- Murray, H. A. (1959). *Explorations in personality*. Oxford: Oxford University Press.
- Murray, H. A. (1964). *Test de Apercepción Temática: TAT – Manual para la aplicación*. Buenos Aires: Paidós.
- Murray, H. A. (1995). *Teste de Apercepção Temática: TAT*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Nascimento, R. S. G. (2010). *Sistema compreensivo do Rorschach: Teoria, pesquisa e normas para a população brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Piotrowski, Z. A. (1974). *Perceptanalysis: The Rorschach method fundamentally reworked, expanded, and systematized*. Philadelphia: Ex Libris.
- Portuondo, J. A. (1970). *Cuatro técnicas en el Test de Apercepción Temática y la autobiografía como técnica proyectiva*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Rapaport, D. (1946). *Diagnostic psychological testing: The theory, statistical evaluation, and diagnostic application of a battery of tests*. Chicago: The Year Book Pub.
- Rorschach, H. (1979). *Psicodiagnóstico*. Buenos Aires: Paidós.
- Schafer, R. (1954). *Psychoanalytic interpretation in Rorschach testing*. New York: Grune and Stratton.
- Shentoub, V. (1990). *Manual de utilização do TAT: interpretação psicanalítica*. Lisboa: Climepsi.
- Sigal, A. M. (2000). Considerações sobre o psicodiagnóstico: Provocando o inconsciente. *Revista Psicanálise e Universidade*, 12-13, 27-43.
- Souza, J. & Werneck, M. *Teste de Aperceção Temática*. In: Murray, H. A. (1995). *Teste de Aperceção Temática: TAT*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tomkins, S. S. (1947). *The Thematic Apperception Test: The theory and technique of interpretation*. New York: Grune & Stratton.
- Trinca, W. (1976). *Investigação clínica da personalidade: O desenho livre como estímulo de aperceção temática*. Belo Horizonte: Interlivros.
- Van Kolck, O. L. (1984). *Testes projetivos gráficos no diagnóstico psicológico*. São Paulo: E.P.U.
- Vaz, C. E. (1997). *O Rorschach: Teoria e desempenho*. São Paulo: Manole.
- Whitehead, A. N. (1985). *Science and the modern world*. New York: The Free Press.